



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na  
Atualidade



## **JUSTIÇA RESTAURATIVA E PROCESSOS CIRCULARES: “VEJO FLORES EM VOCÊ” UM PROJETO DESENVOLVIDO PARA O EMPODERAMENTO FEMININO E O PROTAGONISMO JUVENIL VOLTADO AS PRÁTICAS RESTAURATIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO LIBERTADORA.**

Eixo 6 - Direitos Humanos e Cultura da Paz;

Márcia Rejane Almeida de Carvalho  
Mestre em Ciências da Educação  
[Marciacsh1@hotmail.com](mailto:Marciacsh1@hotmail.com)

Eliete Ferreira Oliveira de Paula  
Pós-graduada na Cultura de Pernambuco  
[Elipaula2626@gmail.com](mailto:Elipaula2626@gmail.com)

*ISPA – Instituto de Sociologia Aplicada – Lisboa Portugal*

### **RESUMO**

A Reflexão podemos colocar aqui na Justiça Restaurativa, como uma técnica utilizada para solucionar os conflitos, estratégia que diferem substancialmente daquelas vividas há alguns poucos anos, quando o modo de se pensar o mundo e as relações entre os homens eram calcados na dicotomia entre o certo e o errado, o bom e o ruim. Este trabalho tem por finalidade analisar a contribuição de Paulo Freire no movimento de ruptura com as práticas socioeducacionais de exclusão rumo à construção de paz.

Palavras Chaves: Justiça Restaurativa, cultura de paz, Educação Libertadora

### **Introdução**

Nosso trabalho vem sendo desenvolvido a partir da necessidade de se trabalhar com nossas alunas em situação de vulnerabilidade, partindo do princípio e da necessidade dessa preocupação desenvolver um projeto para o empoderamento feminino e o protagonismo juvenil voltado as práticas restaurativas para uma educação libertadora.

Esse conceito comumente utilizado para designar a Justiça Restaurativa, nasceu na Resolução 12/2002 da ONU. No Brasil, mais recentemente, o CNJ, por meio da



# X Colóquio Internacional Paulo Freire

## Opressão e Libertação na Atualidade



Resolução 225/2016, também buscou traçar algumas diretrizes, não se distanciando do documento da ONU.

É através dos círculos restaurativos que vivências sistêmicas são trabalhadas e ou o direito, e as constelações familiares surgem, um método fenomenológico, apresentado por Bert Hellinger e embasado nas leis sistêmicas da hierarquia, pertencimento e equilíbrio.

A proposta do nosso trabalho não visa discutir a Justiça Restaurativa como ponto principal, tampouco abordar o movimento das constelações familiares no judiciário, mas apresentar uma proposta de correlação entre ambos através de um projeto desenvolvido em nossa escola da rede pública de ensino, pela gestora Eliete Ferreira Oliveira de Paula, o qual tem como objeto meninas em situação de risco. Esse projeto trabalha na perspectiva de empoderamento feminino com um trabalho voltado ao protagonismo juvenil, o que pode ser útil na busca por uma diminuição das dores sentidas em suas histórias de vida e assim poder chegar na cultura da paz necessária, segundo Paulo Freire:

O tempo que levamos dizendo que para haver alegria na escola é preciso primeiro mudar radicalmente o mundo é o tempo que perdemos para começar a inventar e a viver a alegria.  
Paulo Freire (1993, p. 10)

Na fala de Pelizzoli, (2016) fica claro o amor com condição a diminuição da dor.

...” o amor existe a partir e em função da imperfeição, e se dá atrativamente nas incompletudes...” (Pelizzoli, 2016)

Vale salientar que a justificativa na construção desse projeto através das Práticas Circulares, veio da necessidade de se melhorar as relações interpessoais em nosso ambiente escolar, melhorar a auto estima e os conflitos recorrentes, a partir da construção desse projeto temos a intenção de atender as necessidades básicas de nossas estudantes e contribuir com a expansão desse objetivo, “Vejo Flores em Você” estar sendo desenvolvido em nossa escola, trabalhando com o empoderamento feminino, de



# X Colóquio Internacional Paulo Freire

## Opressão e Libertação na Atualidade



forma a permitir que cada estudante tenha como expressar seus sonhos e anseios a partir dos Círculos Restaurativos; favorecer o convívio e a auto-estima das adolescentes em situação de risco. A relevância deste trabalho ao se propõe em perceber a importância da transparência de conhecimento em direitos humanos, como propulsor intelectual, que assim possamos ter condições de reverter a situação problemática ou pelo menos fazer oportunizar um espaço onde nossas estudantes possam se posicionar e compartilhar com outras sua situação.

As discussões no âmbito da educação baseadas no pensamento de Paulo Freire vêm se destacando cada vez mais na atual trama da sociedade no que diz respeito à inclusão social e cultura de paz, onde cada qual será capaz de se reconhecer como seres-sujeitos da transformação, o que implicará aos poucos, na conquista de seus espaços e no empoderamento. O pensamento freiriano nos faz refletir sobre as “falsas” transformações executadas pela ordem opressora, que encobrem ideologias fatalistas e nos reduz a objetos do puro fazer. Podemos perceber através do pensamento de Paulo Freire o quanto acertamos ao trabalhar a justiça restaurativa nas escolas.

Gosto de ser homem, de ser gente, porque sei que a minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida. Que o meu “destino” não é um dado mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não posso me eximir. Gosto de ser gente porque a História em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo. Daí que insista tanto na problematização do futuro e recuse sua inexorabilidade (FREIRE, 2002, p. 58).

### Metodologia

Este é um estudo qualitativo, num estudo de caso, a partir de observações e diálogos com os diversos autores escolares numa escola no município de Olinda – PE, escola que trabalha o protagonismo juvenil e seus significados, políticos, pedagógicos e sociais de forma qualitativa através de ações realizadas na escola como :

- Círculos com a Equipe Gestora;
- Círculos com os Professores;
- Círculos com Alunos;



# X Colóquio Internacional Paulo Freire

## Opressão e Libertação na Atualidade



- Projeto “Vejo Flores em Você” propriamente dito.

Foram realizadas observações nos círculos realizados em sala de aula, tendo como foco as práticas restaurativas realizadas nos grupos observados, além de aplicação de questionários aos gestores, professores . Os sujeitos envolvidos nesse estudo foram 30 alunas observadas nos círculos restaurativos, 20 professores e 3 gestores que vivenciam as práticas restaurativas na escola. Contudo que para chegarmos até nosso projeto , que hoje está sendo desenvolvido em nossa escola foi preciso passar por etapas como :

- Divulgar as Práticas Restaurativas para todas as alunas.
- Realizar Círculos Restaurativos com as alunas.
- Busca de parceiros para fortalecer nossa rede : Coletivo Mulher e Fundaj
- Ampliar o número de facilitadores, oferecendo cursos aos professores.

### Marco Teórico

Para argumentar em favor desse projeto será apresentado algumas citações que reforçam nosso pensamento . Alguns de nossos teóricos como: DELORS, J; PELIZZOLI, Marcelo L; HAMMES, L. J; MIGLIORI, R. F; FREIRE, P.; COSTA, A. C. G e outros, em fase dessa pesquisa destacamos a relevância da mesma onde possibilita mudanças de paradigmas no que concerne ao reconhecimento de formas contemporâneas de produção de conhecimento de aprendizagens significativas aos estudantes, com esse projeto “ Vejo Flores em Você” será oportunizado experiências de reflexão as estudantes no sentido ao se reconhecer e sobre seu papel na sociedade. Como professora do ensino fundamental e ensino médio da rede estadual de ensino há 25 muitos anos, sempre convivemos com conflitos e dificuldades comuns a todas as escolas entre estudantes. Nos colocando com muitas angústias e um olhar diferenciado para as adolescentes, isso fez com que pensássemos num projeto onde fosse possível realizar reflexões junto a elas. Nesse trabalho optamos por adotar a especificidade de gêneros de forma alternada de maneira a sinalizar a não existência de hierarquia de um gênero sobre o outro. Segundo Hammes( 2008,p.148).



# X Colóquio Internacional Paulo Freire

## Opressão e Libertação na Atualidade



Empoderamento, do inglês “ empowerment” processo que inclui a conscientização e a participação de um determinado grupo ou conjunto de uma sociedade, ou seja, a conquista da condição e da capacidade e da participação, inclusão social e exercício da cidadania.”

Para responder as questões pedagógicas que afligiam nossa escola demos vida ao “Vejo Flores em Você” ampliando nossas expectativas a prevenção e reflexão de situações problemas entre as estudantes. Criamos um espaço onde as adolescentes pudessem não só vivenciar valores e autoestima, mas também o pertencimento à sociedade como agente transformador, discutindo e agindo sobre temas emergentes em suas vidas e de sua comunidade esse foi o interesse na criação desse espaço ,pode facilitar o conhecer, incorporar e vivenciar valores. De acordo com Migliori(2002,p.20)

É um compromisso profundo e integral com a ação amorosa através de uma perspectiva ética e criativa, recuperando na construção do conhecimento e da realidade, a reverência pela vida.”

Através das leituras realizadas percebemos que a padronização dos(das) alunos(as) e a educação bancária vêm sendo substituídas pela valorização da heterogeneidade humana, da diversidade, consagrando-se o período de ruptura paradigmática. Concentramos então nosso trabalho nos processos circulares onde a ruptura é baseada no sonho pela humanização dos sujeitos que, segundo Paulo Freire (2001a, p. 99):

[...] é sempre processo, e sempre devir, passa pela ruptura das amarras reais, concretas, de ordem econômica, política, social, ideológica etc., que nos estão condenando à desumanização. O sonho é assim uma exigência ou uma condição que se vem fazendo permanente na história que fazemos e que nos faz e re-faz.

Paulo Freire faz referência a duas diferentes concepções de educação. Em uma delas, o educador(a) (professor/a) “deposita” noções na mente dos educandos(as) (alunos/as) da mesma forma que se faz depósito em banco, daí a denominação “educação bancária”. O(a) educando(a) torna-se um(a) mero(a) receptor(a) de





# X Colóquio Internacional Paulo Freire

## Opressão e Libertação na Atualidade



conhecimentos, numa relação vertical, ou seja, “a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante” (FREIRE, 2002, p. 58). O(a) educador(a) julga-se detentor do saber e espera que todos(as) os(as) educandos(as) tenham um mesmo modo de pensar e os mesmos conhecimentos. Educação esta que se encontra diretamente ligada aos ideários do poder opressor, já que os oprimidos, impossibilitados de problematizar questões relacionadas à realidade que os oprime, simplesmente “aceitarão” esta realidade como ela é. Podemos perceber que mesmo nos dias atuais onde se trabalha muita a questão inclusiva, ainda se persiste a utilização de termos como adolescente delinqüente associados a foco de problemas sociais e compreendemos esse termo como superados mediante o apoio que deve ser dado aos mesmos. Em sua pesquisa Fernandes Júnior (2008) comenta que dentro das questões de inclusão se faz necessário que a família mude, a escola e toda a sociedade também encontrem alternativas pedagógicas que acolham estas adolescentes, com todas as suas habilidades de crescimento e desenvolvimento humano. Segundo Freire (1996, p. 59)

“...O respeito á autonomia e a dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder ao outro...”

Esse projeto tem como visão a escola como alicerce pedagógico em que o ato de aprender e ensinar tem a finalidade da transformação da realidade social. Para Delors (2001) são propostos quatro pilares ou eixos organizadores da educação:

- 1 – Aprender a ser: preparar-se para agir com autonomia, solidariedade e responsabilidade;
- 2 – Aprender a conviver : interagir, participar e cooperar convivendo com as diferenças;
- 3 – Aprender a fazer: aprender e praticar os conhecimentos , usando-os para o bem comum;
- 4 – Aprender a conhecer; aprender a aprender para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo da vida.



# X Colóquio Internacional Paulo Freire

## Opressão e Libertação na Atualidade



Assim se pudermos perceber ao nosso redor em nossa realidade estes quatro pilares estão longe de ser parte do cotidiano pedagógico de nossas escolas, contudo devemos tê-los como meta para uma educação baseada no desenvolvimento humano. Na palavras de Costa (2000,p.126) destacamos:

“...O protagonismo juvenil é uma forma de reconhecer que a participação dos adolescentes pode gerar mudanças decisivas na realidade social, ambiental, cultural e política em que estão inseridos...”

É relevante o entendimento de que quando as ações educativas excedem suas competências no âmbito escolar, são sugeridos tais procedimentos que facilitem a atuação de uma forma mais sistêmica, respeitando e transformando a escola em espaço seguro e democrático na condução do diálogo e da aprendizagem na resolução dos conflitos. Para tanto a Justiça Restaurativa na Escola é uma proposta com ação educativa que vivencia a prática de valores fundamentais que contribuem para formação pessoal e social dessas jovens adolescentes. Seus princípios são de inclusão e de corresponsabilidade, sujeitos de uma prática educativa e protagonistas de uma ação diferenciada das práticas usuais.

### **Resultados e discussão**

Nosso projeto segue o modelo de Kay Pranis, o mais adotado no Brasil, há vários tipos e adaptações de círculos, num processo que em geral usa elementos como objetos de fala, um centro no meio do grupo, abertura com algumas histórias, música, meditação, apresentação das pessoas, verificação de sentimentos, necessidades das pessoas, o que lhes fere e machuca entre outras possibilidades criativas, de encontro e restauração. Segundo Pranis(2012):

“...” incorporar e nutrir uma filosofia de relacionamento e interconectividade pode em todas as circunstâncias – dentro do círculo e fora dele...”Pranis, 2012



## X Colóquio Internacional Paulo Freire

### Opressão e Libertação na Atualidade



Em relação aos participantes deste projeto, temos meninas do ensino fundamental e ensino médio, professores que trabalham na escola sugerida e a gestão escolar da escola. A idade oscila entre 12 a 17 anos entre as meninas que participam dos círculos restaurativos. De acordo com as observações realizadas, verifica-se que existe uma grande necessidade de se discutir a justiça Restaurativa na escola como além das resoluções de conflitos internos, mas a disseminação de conceitos como democracia, igualdade, respeito e participação, aonde, mais do que o educador aprender com o educando, mas toda a comunidade aprender com as mediações restaurativas. Assim de acordo com Nunes, 2011, a implementação das práticas restaurativas na escola são inevitáveis:

Por isso, sugerimos a implementação das práticas restaurativas na escola. Precisamos ensinar às nossas crianças e aos nossos jovens, desde cedo, que é normal enfrentarmos conflitos, pequenos ou grandes, ao longo da vida, e que isso não é negativo, pois os conflitos são inerentes à pessoa humana. Negativo é não saber administrá-los de forma a manter o equilíbrio nas relações humanas e sociais, permitindo que eles tenham consequências indesejáveis, como desmotivação para os estudos e prejuízo para as relações interpessoais. Portanto, é a boa ou a má administração que levará o conflito a um desfecho positivo ou negativo. (NUNES, 2011, p. 17).

Assim acreditamos que refletir sobre o protagonismo juvenil e o empoderamento feminino frente aos conflitos hoje nas escolas foi um fato que contribuiu para a necessidade da construção de nosso projeto e Constatamos que as práticas restaurativas, por meio de seus feixes de ações, contribuem de modo eficaz para que a Educação e a Justiça cumpram com sua função pedagógica, social e libertária, transmitindo valores, possibilitando o empoderamento consciente de todos envolvidos numa situação de conflito e a restauração do valor justiça.

### **Conclusão**

Apontamos como resultados da construção e aplicação desse projeto na nossa escola a diminuição da violência apontado por alunos e professores em reuniões pedagógicas, como também nossa compreensão ao perceber que somos todos profundamente interligados. Pois a longo prazo, não há escapatória. Aquilo que está





# X Colóquio Internacional Paulo Freire

## Opressão e Libertação na Atualidade



acontecendo aos outros nos afetará mais cedo ou mais tarde. Assim entendemos que adotar esta visão de mundo significa uma mudança na postura para a solução de conflitos.

### Referências

COSTA, A. C. G. Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática. Salvador: Fundação Odebrecht 2000.

Delors, J. ET AL. Educação : um tesouro a descobrir. Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. 8ª edição. São Paulo: Cortez Editora; Brasília. 2001

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido, 20ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. Paulo. Algumas reflexões em torno da utopia. In: FREIRE, Ana Maria de Araújo (org.). *Pedagogia dos Sonhos Possíveis*. São Paulo: UNESP, 2001b.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2001a.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. Prefácio à edição brasileira. In: SNYDERS, Georges. *Alunos felizes*. São Paulo: Paz e Terra, 1993. p. 9-10.

HAMMES, L. J. Grupos juvenis de convivência e a formação de capital social. In: BAQUERO, R. A. (org) *Agenda jovem :o jovem na agenda*. Ljuí: Ed. Iluí 2008.

MIGLIORI, R. F. Curso básico de valores humanos . Uberaba: Fundação Peirópolis, 2002.

NUNES, Antonio Ozório. Como restaurar a paz nas escolas: um guia para educadores. São Paulo: Contexto, 2011.

PELLIZZOLI, M. L. (org) *Cultura de Paz – restauração e direitos*. Recife: Ed. Da UFPE, 2010

\_\_\_\_\_. ” o sujeito:paixão e pathos”. In: *Éticas em diálogos* . Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003



X Colóquio Internacional Paulo Freire  
Opressão e Libertação na  
Atualidade



\_\_\_\_\_ Justiça Restaurativas: caminhos de pacificação. Caxias do Sul:  
EDUCS, 2016

PRANIS, Kay. Processos circulares. SP: Palas Athena, 2012

# O DIÁLOGO FREIRIANO COMO PRÁXIS LIBERTADORA

Oberdan da Silva de Andrade  
Universidade de Pernambuco (UPE)  
andrade\_oberdan@hotmail.com<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo procura refletir através da pedagogia freiriana os princípios da ação dialógica como fator de libertação e humanização. Nesta perspectiva, entende-se que o 'diálogo' contribui significativamente para a formação, transformação e reconhecimento de sujeitos autônomos e libertários, pois, através dele os sujeitos tornam-se atuantes, conscientes, respeitosos e libertários. Por meio de uma revisão bibliográfica das obras freirianas, concluiu-se que a construção efetiva de ações dialógicas contribuem para agregar aos povos os sentimentos de proximidade, solidariedade e transformação.

**Palavras-chave:** Paulo Freire; Educação; Diálogo.

## ABSTRATC

*The present article seeks to reflect through Freirian pedagogy the principles of dialogical action as a factor of liberation and humanization. In this perspective, it is understood that the 'dialogue' contributes significantly to the formation, transformation and recognition of autonomous and libertarian subjects, since through them subjects become active, conscious, respectful and libertarian. Through a bibliographical revision of the Freirian works, it was concluded that the effective construction of dialogical actions contribute to the peoples' feelings of closeness, solidarity and transformation..*

**Keywords:** Paulo Freire; Education; Dialogue.

## INTRODUÇÃO

Considerado mundialmente como um dos maiores educadores do século XX e atual Patrono da Educação Brasileira, Paulo Reglus Neves Freire, ou simplesmente Paulo Freire, presenteou-nos com uma pedagogia balizada no entendimento de uma educação significativa e transformadora, onde os preceitos da humanização tornaram-se evidentes ao focalizar em seu campo de atuação educacional os preceitos da dialogicidade, entendida como construção e ação do bem comum através do desenvolvimento de uma prática de entendimento autônomo e

---

<sup>1</sup>“Oberdan da Silva de Andrade é Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – ULHT/Lisboa- Portugal e MESTRANDO em Educação pelo Programa de Metrado Profissional em Educação da Universidade de Pernambuco (UPE – Campus Mata Norte). Pós-graduado [Especialista] em: Gestão e Avaliação da Educação Pública (Universidade de Pernambuco/UPE); Ciências da Educação (Faculdade de Teologia Integrada/FATIN) e Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa (Universidade de Pernambuco/UPE). Graduado em Letras pela Universidade de Pernambuco/UPE. É professor, palestrante e Gestor Escolar”.

emancipatório. Sendo assim, para Freire o diálogo vislumbrava na troca de saberes, na confiança entre os seres, na humildade entre as pessoas e principalmente na construção e reconstrução do conhecimento para com a ação comunicativa exercida entre o EU e o(s) outro(s).

É bem verdade que desde os primórdios da Pedagogia o tema em torno da importância do diálogo tornou-se um brado retumbante e vem ecoando em grandeza e amplitude. É só lembrarmos que o filósofo Sócrates já afirmava na Grécia antiga que o diálogo conduzia o indivíduo ao autoconhecimento, afirmação esta, ratificada por Aristóteles que asseverava que a dialética é um modo de conhecer e conciliar os sentimentos com a razão (PAGNI, 2007, 79-80 p.).

Neste mesmo íterim, o filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas, salienta que a sociedade e o indivíduo se constituem reciprocamente por meio do agir comunicativo (HABERMAS, 1986/1998, p. 187), sendo nestes mesmos contextos temáticos acerca da dialogicidade em que se fundamenta em plenitude a pedagogia freiriana, voltada a prática dialogal, uma vez que o processo dialógico tendeu a ganhar ares mais plausíveis e ecoou em altivez e magnitude através de uma dialética entendida e fortalecida através de publicações de mais de vinte e cinco obras em que Freire endossou:

(...) penso que deveríamos entender o “diálogo” não como uma técnica apenas que podemos usar para conseguir obter alguns resultados. Também não podemos, não devemos, entender o diálogo como uma tática que usamos para fazer dos alunos nossos amigos. Isto faria do diálogo uma técnica para a manipulação, em vez de iluminação. Ao contrário, o diálogo deve ser entendida como algo que faz parte da própria natureza histórica dos seres humanos. É parte de nosso progresso histórico do caminho para nos tornarmos seres humanos. Está claro este pensamento? Isto é, o diálogo é uma espécie de postura necessária, na medida em que os seres humanos se transformam cada vez mais em seres criticamente comunicativos. O diálogo é o momento em que os humanos se encontram para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e refazem (FREIRE, 1986).

Por este íterim, Paulo Freire intensificou a temática do diálogo como fator de reconstrução para uma eficiente e concreta consciência humanitária para com o próximo, na certeza de que “o diálogo se dá entre iguais e diferentes, nunca entre antagônicos” (FREIRE, 1995), ou seja, Paulo Freire atenta minuciosamente para a reflexão que fortalece o entendimento sistematizado dos preceitos da dialogicidade e nos faz refletir acerca desta necessidade como uma eficaz prática libertadora.

## A DIALÉTICA FREIRIANA NA CONJUNTURA GLOBAL

Reconhecido como o Educador do século XX e conhecido como uma dos baluartes que contribuiu de forma original e destacada ao pensamento pedagógico universal, Paulo Freire tornou-se um dos maiores e mais importantes educadores de todo o mundo. Com uma pedagogia calcada no favorecimento da libertação dos povos oprimidos, Freire soube orquestrar com maestria a proposição de uma prática humanizadora ofertada em plenitude através do diálogo, uma vez que para este educador:

O diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. Se ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens o transformam, o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens; o diálogo é, pois, uma necessidade existencial (FREIRE, 1980, p.42).

Paulo Freire sempre defendeu os atos humanos enveredados pelos caminhos da dialética, pois, conforme suas convicções, o ato de pensar e conhecer deveriam estar intrinsecamente unidos, pois com esta união a razão dialógica e comunicativa possibilitaria a ampliação sistêmica do conhecimento como uma ação histórica, lógica e dialógica, sendo esta última, destacada como a maneira mais segura e eficiente para a libertação e autonomia dos povos. Assim sendo, “Paulo Freire é um dialético” (GADOTTI, 2002).

Neste contexto, o educador Paulo Freire enfatiza que o diálogo possui um importante e fundamental papel na conscientização das relações para com o próximo, afinal, é no diálogo que a compreensão, consciência, humanização e transformação dos indivíduos se concretizam, pois homens e mulheres tendem a se conscientizarem quando há uma dialética unida entre o homem e o mundo, pois a tomada de consciência, conforme os preceitos freirianos, se dão através das relações dialéticas entre consciência e mundo. Para Freire, a consciência está relacionada ao mundo e o mundo relativada à consciência, o que alude aos seres humanos à consciência de *si* e do mundo. Sendo assim a consciência é dinâmica e não um ‘compartimento vazio que se enche’, como propõe a educação bancária (FREIRE, 2002), conforme atenta Simoes Jorge:

Na reflexão de Paulo Freire sobre a consciência, a consciência do mundo e a consciência de si vão crescendo, juntamente, num movimento dialético. A consciência é, como consciência, pelas suas relações com outras consciências: daqui que ela implica, necessariamente, uma relação com outra consciência. É a intersubjetividade das consciências. (...). É, pelo diálogo, que as consciências se colocam na contemplação do mundo, vão ao mundo, e comunicam-se (SIMÕES JORGE, 1979, p.39-40).



Nesse sentido, é necessário que a luta pela transformação do mundo que tanto nos desumaniza, esteja calcada na educação libertadora como forma de voltar-se para a afirmação de seres humanos capazes de transformar ideias em ações, ou seja, precisamos possibilitar a reescritura do mundo, para só assim, conseguirmos dar um passo para o processo de mudança libertadora da qual tanto almejamos, através de uma ação real, denunciadora, captada e expressada por meio da dialética que é capaz de não necessariamente adaptar o mundo, mas sobretudo transformá-lo, e isso só acontecerá quando deixarmos para trás a “*priori* da história”, que nada mais é do que a vocação do ‘ser mais’ e nos tornarmos sujeitos popularmente críticos e conscientes de nossas possibilidades de mudança no contingente global.

É nesse contingente, que ação e consciência tornam-se inseparáveis no processo real da constituição do ato transformador, onde a manutenção da consciência deve ser constante, pois ela é frequentemente desviada das condições oferecidas pelo domínio a dita ‘cultura do silêncio’ que hodiernamente nos é imposta, mas que logo malogra quando atingimos a consciência crítica infiltrada na *práxis* na ação e reflexão como processo de esclarecimento da realidade, pois, é só lembrarmos que o mundo está sempre em transformação, com seres que diariamente transformam e se transforma, cabendo a dialogicidade servir como um canal para conectar todos os povos de que não há limites para se expressar, criar e refletir em profundidade sobre os entrelaçados atuais.

Eis o porquê da obra freiriana ainda representar uma alternativa teoricamente renovada e politicamente viável: Paulo Freire representa “o símbolo da realidade” imperando a síntese da possibilidade de mudança global através da prática educativa, cabendo a ela a tarefa de participar do trabalho de criação das pessoas para serem agentes críticos e criativos de seu próprio mundo social, sujeitos de sua vida e atores de sua história.

Por tudo isso, Paulo não se desviou. Esteve sempre conectado no mundo e denunciou, junto com o povo, o centralismo como uma atitude amarga, o império da globalização neoliberal como uma ideologia de pensamento único e o sectarismo, como forma de falsificação da realidade, atentando veementemente que:

O homem dialógico, que é crítico, sabe que, se o poder de fazer, de criar, de transformar, é um poder dos homens, sabe também que podem eles, em situação concreta, alienados, ter este poder prejudicado (FREIRE, 2002).

Interessante ressaltar que Paulo Freire soube enveredar por outras veredas, indo muito mais além, denunciando também a perversidade do capitalismo, controlado pelo poder

hegemônico da cultura da qual nos tira o direito da palavra e impõe a lei do silêncio, ou seja, denunciou uma sociedade dramaticamente em trânsito da rigidez estática, da impermeabilidade e do autoritarismo, que produz uma cultura alienada, enganadora, falsa, anti-arbitrária, não resultante da vida cotidiana e da experiência histórica dos subalternos, dos oprimidos e dos excluídos, uma realidade da desconexão de nossa educação brasileira como um todo que é verbalista, acrítica e assistencializadora, onde só através de uma natureza política-educacional voltada para o povo, baseada em uma atitude democrática, permeável e plástica, infiltrada em um mundo que forme e transforme a mente humana, é que poderemos nos libertar da opressão, exploração e exclusão social, superando a desumanização e alcançando a liberdade ética e autônoma, afinal, “o diálogo deve ser visto como o encontro dos homens para a tarefa comum de saber agir” (FREIRE, 2002).

Paulo Freire atentou também para as questões de foro político, nos lembrando que não existe seres *a-políticos*, pois a política é uma constante e é capaz de desempenhar seu papel quando sistematizada por uma pessoa comprometida com seu povo, neste sentido, é bom recordar que “Paulo Freire soube combinar temas cristãos e marxistas na sua pedagogia dialético-dialógica” (GADOTTI, 2002).

Também defendeu a reforma agrária, afinal, ela deveria ser um processo de desenvolvimento do qual resultasse necessariamente a modernização dos campos.

Alertou para a diversidade humana, afirmando que é através dela que a cultura está inserida em todas as esferas da sociedade, sendo assim, ela seria a parte fundadora da política social, logo, seríamos seres humanos no mundo e com o mundo, capazes de pensar certo e na hora certa, diminuindo a distância entre o que dizemos e o que fazemos, e para que isso acontecesse, seria preciso sermos esperançosos, pois a esperança é um imperativo existencial e histórico, sem ela a própria história se torna inviável e infundada.

É preciso sonho, utopia e um projeto que traceje a qualidade de *ser* do *ser* humano calcado pelo espírito da solidariedade e humildade, uma vez que:

A autossuficiência é incompatível com o diálogo. Os homens que não tem humildade ou a perdem, não podem aproximar-se do povo. Não podem ser seus companheiros de pronúncia do mundo. Se alguém não é capaz de sentir-se e saber-se tão homem quanto os outros, é que lhe falta ainda muito para caminhar, para chegar ao lugar de encontro com eles. Neste lugar de encontro, não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que em comunhão, buscam saber mais (FREIRE, 2002).

Por tudo isso, o que se apresenta como fundamental na relação do ser humano é a qualidade do diálogo. Um diálogo capaz de promover posturas rebeldes em posturas

revolucionárias como forma de progredir radicalmente a transformação do mundo, rejeitando qualquer forma de desumanização e autoritarismo, recusando as posições dogmáticas e sectárias, pois elas negam a própria vida. Precisamos ir em busca da verdadeira utopia, que consiste em denunciar o presente e anunciar o futuro, criando uma ordem sociocultural realizada por mentes, corações e mãos humanas que impulsionem mudanças e não estabilizem situações.

Para que estas situações se concretizem com veemência, Paulo Freire orienta que é preciso primordialmente lutarmos por uma educação conjunta, coletiva, participativa e transformadora, assunto este, foco primaz que iremos discutir no próximo tópico.

## **A DIALOGICIDADE FREIRIANA NO PROCESSO EDUCACIONAL**

É uma verdade já estabelecida que Paulo Freire tornou-se um educador por excelência. Sua metodologia pedagógica foi capaz de desencadear uma ação de conscientização libertadora capaz de pôr em discussão os fins, os meios e as condições pedagógicas como meio de reinventar o mundo, levando-nos a refletir em profundidade sobre o entrelaçado das questões sócio educacionais vigente em nosso globo.

Freire soube orquestrar com maestria a problemática educacional. Para isso utilizou-se do diálogo como sua norma de vida. Eis seu primeiro ensinamento: alicerçar a necessidade da unidade dialética da teoria junto com a prática na construção de uma proposta democrática pedagógica, onde sem ela, a prática autêntica, revolucionária e libertadora tornaria imprecisa, infundada e sem embasamento, na certeza de que:

O diálogo é a confirmação conjunta do professor e dos alunos no ato comum de conhecer e reconhecer o objeto de estudo. Então, em vez de transferir o conhecimento estaticamente, como se fosse uma posse fixa do professor, o diálogo requer uma aproximação dinâmica na direção do objeto (FREIRE e SHOR, 1986).

Sendo assim, a ação dialética deve ser um princípio, a matriz democrática na qual devemos seguir e lutar para que a violência do anti-diálogo não venha impor ao homem mutismo e passividade. Para isso o ser humano deveria combater os atos ‘impositórios’ e impetuosos superar o velho “*magister dixit*” e aceitar o exercício da afirmação da liberdade humana através da partilha de um mundo novo sem opressão ou indignação.

Para que isso ocorresse de maneira construtiva, Freire atentava de que a ação educativa deve ser democrática e participativa, porém, se neste processo estiver um

distanciamento entre o discurso e a prática, é preciso que se intensifique e vivencie no ambiente escolar a dialética não apenas em torno dos conteúdos a serem ensinados, mas também que se dialogue sobre a própria vida, transformando o ambiente educacional em um clima aberto e livre no ambiente de sua classe (FREIRE, 1997).

Para isso, cabe a Educação o dever de por a própria prática da liberdade em vigor, centralizada em uma consciência clara de que a construção de uma sociedade deve ser baseada na justiça social e levantada a partir do papel educativo, norteados nos princípios da humanização, democracia e criatividade.

É aqui que o processo educacional toma a sua posição como um agente de transformação. Paulo Freire afirmava que estudar é uma forma de reinventar, de criar e de reescrever, ela é a prática viva da realidade, onde dá ao povo instrumentos para optar e agir, nesse caso, a escola difundida pelos princípios freirianos só seria possível se persistisse a luta por uma sociedade justa, solidária, digna e feliz e substancialmente democrática, inserida na realidade, conectados em uma pedagogia utópica a serviço da libertação dos oprimidos, que não se faz e refaz na prática social, mas que se implica na dialetização da denúncia e do anúncio acarretado no desmembramento da sociedade já dicotomicamente dividida entre: povo e elite; patrões e empregados; ricos e pobres; civilizados e selvagens; eruditos e iletrados; dominantes e dominados.

Depreende-se assim que Freire lutou constantemente contra essas dicotomias. Utilizou para isso o que mais sabia fazer que era ‘Educar’.

Primando por sua tenacidade na área educacional, chegou a criar seu próprio método de ensino, fundamentado em “palavras geradoras” que consistia inicialmente pelo levantamento do universo vocabular dos alunos, onde o pensamento e a linguagem se dariam a partir da realidade concreta do aluno, e desta forma, tenderiam a promover a conscientização acerca dos problemas cotidianos, a compreensão do mundo e o conhecimento da realidade social, estimulando assim, a capacidade crítica do aluno, e desta forma, contribuindo significadamente para ajudar os não-lettrados a terem uma vida mais digna, concreta, participativa e feliz, pois, Freire sempre esteve ciente de que deveríamos reverter o quadro de analfabetos brasileiros, e para este fim, acreditava que as ações dialéticas tornam-se essenciais para a mudança desta situação, uma vez que conforme suas convicções a respeito do diálogo entre/com os ‘ditos’ analfabetos deveria ocorrer através do seguinte entendimento:

Para pôr o diálogo em prática, o educador não pode colocar-se na posição ingênua de quem se pretende detentor de todo o saber, deve, antes, colocar-se na posição humilde de quem sabe que não sabe tudo, reconhecendo que o

analfabeto não é um homem perdido, fora da realidade, mas alguém que tem toda uma experiência de vida e por isso também é portador de um saber (GADOTTI, 2002.).

É sabido que na virada do século XX para o século XXI o compute de analfabetos brasileiros com 15 anos ou mais era de 13,6% da nossa população e Paulo Freire lutou para mudar esta realidade, dando um norte para aqueles que não o possuíam, tendo como meta principal erradicar o analfabetismo, pois só assim, possibilitaria ao ser humano um verdadeiro e real vislumbamento em torno da prosperidade e ascensão social, cabendo as ações dialógicas contribuírem para que esta situação caótica e lamentável em torno do analfabetismo brasileiro se subtraísse, sendo o diálogo visto não apenas como um método de ensino, mas uma estratégia para respeitar o saber do aluno que adentrasse na ambiência escolar.

É nesta conjuntura que Freire mereceu mérito ao abrir os nossos olhos para o combate contra a “educação bancária”, nos presenteando com uma “educação libertadora”, segura, expressa com estratégias de elegância e flexibilidade, que fora eficazmente testada e aprovada nos bancos escolares de São Paulo, na ilha de São Tomé e Príncipe e por todos os lugares que ele percorreu. Eis o tripé de sua pedagogia: Uma utopia por um mundo mais justo, ambientada na certeza de acreditar sempre no potencial dos seres humanos e calcada em uma educação libertadora, capaz de formar e transformar os seres humanos em pessoas pensantes, participativas e amorosas na busca pelo mundo ideal, pois:

O diálogo não pode existir sem um profundo amor pelo mundo e pelos homens. Designar o mundo, que é o ato de criação e de recriação, não é possível sem estar impregnado de amor. O amor é ao mesmo tempo o fundamento do diálogo e o próprio diálogo (FREIRE, 1980, P. 83).

É importante frisar que Freire, apesar da profundidade de sua história, nunca se desviou de seu papel de educador, um educador diferente, “conectivo”, dialético e amoroso, aliás, para ele sem o amor não seríamos capazes de modelar uma base firme e instrutiva que possibilitasse a interferência nas estruturas sociais vigentes, comprometidas por um projeto educacional mais abrangente e profundo, que visasse uma educação de qualidade, exigindo aceitação do novo, alegria, apreensão da realidade, autonomia dos educandos, autonomia, bom senso, competência profissional, consciência do inacabado, criticidade, curiosidade, esperança, estética, ética, exemplo, generosidade, humildade, liberdade, luta em defesa dos direitos dos educadores, pesquisa, querer bem aos educandos, reconhecimento de ser



condicionado, rejeição a qualquer forma de discriminação, respeito aos saberes dos educandos, rigorosidade metodológica, riscos, saber escutar, segurança, ter disponibilidade para o diálogo, tolerância, tomada consciente de decisões e compreensão que a educação consegue mudar, transformar e intervir positivamente na consciência global.

## **O PENSAMENTO DIALÓGICO FREIRIANO: À LUZ DA ATUALIDADE!**

Originária etimologicamente do Latim “*dialogus*”, a palavra diálogo se concretiza na ação humana através da conversar e/ou entendimento mútuo ou recíproco entre as pessoas, na trocar ideias e/ou pontos de vistas das mesmas. Partindo dessas premissas, Paulo Freire endossa veementemente que é no diálogo que se dá “o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo para pronunciá-lo” (FREIRE, 2002, p.93), partindo da afirmativa de que é preciso desenvolver uma ação educativa que se enverede a tríade reflexiva de uma educação vista como humanista, problematizadora e crítica, sendo construída e efetivada através da dialogicidade entre os seres, perceberemos de que é na harmonia, no afeto e na esperança que devemos nos contrapor a opressão, a dominação, a injustiça e a manipulação.

Neste íterim, Paulo Freire atenta para a necessidade de se valorizar os saberes escolarizados e os não escolarizados, uma vez que todos já veem com um conhecimento de mundo já formulado, e assim, contribuir veementemente para romper com os estereótipos de superioridade e anti-dialogicidade, superando-as a partir de uma relação humana, dialógica e democrática, uma vez que:

A construção de relações dialógicas sob os fundamentos da ética universal dos seres humanos, enquanto prática específica humana implica a conscientização dos seres humanos, para que possam de fato inserir-se no processo histórico como sujeitos fazedores de sua própria história (FREIRE, 2008, p10.).

É neste aspecto que Paulo Freire atenta para que possamos combater as ações de natureza anti-dialógica, anti-opressora e anti-dominadora, vistas como ações extremamente desumanas, cabendo ao processo dialógico superar as relações de opressor-oprimido como forma de transformação da consciência global, capaz, inclusive, de regenerar as injustiças sociais, atrelando-as a um diálogo que prime na busca incessante pela real democratização, humanização e esperança, afinal: “Só torna viável o homem novo pela superação da contradição entre opressor-oprimido, que significa a libertação de todos” (2008, p19).

Para o educador do século, o ser humano dialógico deve refazer-se e “tornar-se ético para uma verdadeira dialogicidade” (FREIRE, 2008), onde os sonhos, as utopias, e os interesses comuns possam conjugar-se na efetivação de uma coletividade justa e igualitária, calcada em um diálogo que prime constantemente na busca pela esperança como forma de união humana e na fé nos homens, uma vez que a fé nos homens é um dado a priori do diálogo, pois: *“Não há também, diálogo, se não há uma intensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e de refazer. De criar e recriar. Fé na sua vocação de ser mais, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direitos dos homens”* (FREIRE, 2002).

Nesta perspectiva, Freire endossa veementemente que sem a fé nos homens, o diálogo é uma farsa, e esta farsa, só esta devidamente subtraída, se o ser humano for capaz de fundar-se no amor, na humildade e na própria fé nos/dos homens, na certeza de que só assim o diálogo se faz uma realização horizontal, em que a confiança do ser humano tornar-se-á o sustentáculo do outro.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em suma, lembrar o que Paulo fez é nutrir os caminhos para uma conscientização mais eficaz e libertadora, onde a busca incessante de procurarmos contribuir com melhorias sociais, culturais, sociais e educacionais, tornam-se uma constante.

Outrossim, é preciso reconhecer que somos seres inacabados e incompletos, porém, com a utopia e crença de que poderemos sim, criar uma sociedade menos perversa, menos discriminatória, menos racista e menos machista que esta.

Uma sociedade mais aberta, que sirva aos interesses das classes populares sempre desprotegidas e minimizadas e não apenas aos interesses dos ricos, dos afortunados, dos chamados “bem-sucedidos”, eis a essência primordial da filosofia freireana!

Mais do que um homem, Paulo Freire, retrata também um olhar sobre nós mesmos como educadores, ensinando-nos a ansiar por um mundo mais diferente, mais bonito e menos feio, dando uma lição para aqueles que realmente acreditam que a atuação do profissional em educação deve ser decisiva para (trans)formação da consciência dos seres humanos e que embalam nos braços a esperança de uma educação inclusiva, onde todos possamos fazer parte dela.

Não é à toa que em vida Paulo Freire foi um dos professores mais evidentes nas instituições as quais ministrou aulas, a exemplo das Universidades de Harvard, na Universidade de Genebra, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e na

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), além disso, lhe foi sendo outorgado o título de *Doutor Honoris Causa* em vinte e sete universidades do mundo inteiro, onde todas elas foram capazes de reconhecer em Freire que para que o processo de ensino ocorra com primazia é preciso saber escutar e ter principalmente disponibilidade para um eficaz e necessário diálogo.

## REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo; GADOTTI, Moacir; GUIMARÃES, Sérgio. *Pedagogia: Diálogo e Conflito*. 4. ed. – São Paulo/SP: Cortez, 1995.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Medo e Ousadia: O Cotidiano do Professor*. Tradução de Adriana Lopez. revisão técnica de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. *Conscientização, teoria e prática da libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3ª edição. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

\_\_\_\_\_. *Educação como prática da liberdade*. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

\_\_\_\_\_. *Extensão ou comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática docente*. São Paulo/SP: Paz e Terra, 2008.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*. 32.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. *Professora sim, Tia não – Cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo/SP: Olho d'Água, 1997.

GADOTTI, Moacir. *Aprender, ensinar: Um olhar sobre Paulo Freire*. Abceducatio. v.3, n.14, p. 16-22, 2002.

HABERMAS, Jürgen. A reply. In: HONNETH, A.; JOAS, H. (Eds.). *Communicative action: essays on Jürgen Habermas s the theory of communicative action*. Trans. J. Gaines and D.L. Jones. Cambridge, Mass.: MIT PRESS, 1991. [Reprinted in *On the pragmatics of communicative* (ed. by Maeve Cooke), Cambridge, Mass.: MIT PRESS, 1998].

PAGNI, Pedro; SILVA, José D. (orgs.). *Introdução à filosofia da educação. Temas contemporâneos e historia*. São Paulo/SP: Avercamp, 2007.

SIMÕES JORGE, J. *A ideologia de Paulo Freire*. São Paulo: Loyola, 1979.

SOUZA, Ana Inês (Org.). *Paulo Freire: Vida e Obra*. São Paulo/SP: Expressão Popular, 2001.



# X Colóquio Internacional Paulo Freire

## Opressão e Libertação na Atualidade



### **PEDAGOGIA DA RUA: O SABER DA EXPERIÊNCIA DA POPULAÇÃO DE RUA**

<sup>1</sup> Bruna Camilla de Castro Pessoa

#### **Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo analisar como a população em situação de rua vivencia as práticas educativas nas suas relações cotidianas. A perspectiva da educação popular orientada pela pedagogia freireana reconhece que o exercício educativo pode ser vivenciado em diversos espaços da sociedade, uma vez que a prática educativa está para além da sala de aula. Assim, à medida que a promoção do diálogo possibilita a troca de conhecimento entende-se que existe uma relação pedagógica entre as pessoas que se encontram situação de rua.

**Palavras-chave: Educação Popular; População de Rua; Conhecimento.**

<sup>1</sup>Graduada em Serviço Social (UNINASSAU). Pós graduanda em Saúde Pública, saúde mental e dependência química.

E-mail: brunacamila12@hotmail.com

Professor orientador: Dr. Ernandes de Queiroz Pereira (UNINASSAU).





# X Colóquio Internacional Paulo Freire

## Opressão e Libertação na Atualidade



### Introdução

Na atual sociedade, vive-se uma intensificação da cultura do individualismo, da competitividade e da exclusão. De certo, vivemos numa sociedade globalizada e mediada pelas tecnologias, que entre outras características, provoca indução ao consumismo, exclusão social, concentração de renda, miséria e frustração.

Neste contexto, a população em situação de rua é classificada por diversas características: sem-teto, mendigos, pedintes, andarilhos, indigentes, sem-abrigo, vagabundos e marginais. As pessoas em situação de rua fazem parte de um fenômeno das grandes cidades do mundo, mas também está presente nas pequenas e médias cidades.

Neste sentido, importa reconhecer que estas pessoas criam uma dinâmica de vida nas suas relações cotidianas, podendo ser compreendida como prática em educação, pois a pedagogia pensada e vivenciada por Paulo Freire reconhece a educação como um processo de encontros entre as pessoas, onde cada ser humano tem o direito de dizer a sua palavra.

Por isso, a rua passa a ser um espaço de construção pedagógica, onde a troca de experiências mediadas pelo diálogo cria novas formas de conhecimento e estratégia de sobrevivência,

Diante do exposto, destacamos a importância de estudar no presente trabalho, os processos educativos vivenciados pela população em situação, de maneira que a socialização do conhecimento através das práticas em educação popular, pode promover reflexão acerca da sua condição no mundo

Assim, o trabalho propõe analisar como a população em situação de rua vivencia as práticas educativas na cidade de Surubim-PE. A pesquisa de caráter qualitativo foi realizada numa perspectiva dialógica, diretamente com os sujeitos pesquisados, na qual foi estabelecido uma conversa livre com mulheres e homens com a finalidade de identificar como se acontece as práticas educativas para população

<sup>1</sup>Graduada em Serviço Social (UNINASSAU). Pós graduanda em Saúde Pública, saúde mental e dependência química.

E-mail: brunacamila12@hotmail.com

Professor orientador: Dr. Ernandes de Queiroz Pereira (UNINASSAU).



## X Colóquio Internacional Paulo Freire

### Opressão e Libertação na Atualidade



Além disto, a pesquisa apresenta relevância acadêmica e social, uma vez que traz contribuições significativas ao repercutir sobre uma situação problema, recorrente na sociedade brasileira, bem como um trabalho nessa perspectiva pode despertar o interesse de novos pesquisadores e sugerir possíveis intervenções na realidade.

#### **Práticas educativas na rua: caminhos para reflexão**

A educação popular descreve métodos para construção da cidadania, ela é associada muitas vezes à educação social, à educação não-formal e à educação comunitária. A educação popular prosseguiu de forma surpreendente nas últimas décadas em todo o mundo, aonde vem abrangendo todo destino de práticas para a vida, habilidades de bem viver e conviver. Sobretudo enfatiza o significativo destaque que a prática educativa popular é fundamental para aderir como princípio democrático libertador, de respeito e de construção coletiva. Para Maciel (2006, p.328):

Por entender as classes populares como detentoras de um saber não valorizado e excluídas do conhecimento historicamente acumulado pela sociedade, nos mostra a relevância de se construir uma educação a partir do conhecimento do povo e com o povo provocando uma leitura da realidade na ótica do oprimido, que ultrapasse as fronteiras das letras e se constitua nas relações históricas e sociais. Nesse sentido, o oprimido deve sair desta condição de opressão a partir da fomentação da consciência de classe oprimida.

Uma educação que valoriza o conhecimento de mundo tipo, proporcionando a liberdade para o reconhecimento de cada cultura, cada encontro, vontades e desejos, podendo trazer um olhar crítico voltado para realidade de cada sujeito em situação de opressão. Assim, a educação popular busca a realidade como ponto de partida e de chegada, reconhecendo os saberes do povo como instrumento para a construção do conhecimento e transformador, pois a educação nesta perspectiva é construída através da relação dialógica, de afetos e amorosidade, na qual cada sujeito desse processo educativa aprende e reaprende a partir da compreensão e realidade do sujeito,

<sup>1</sup>Graduada em Serviço Social (UNINASSAU). Pós graduanda em Saúde Pública, saúde mental e dependência química.

E-mail: brunacamila12@hotmail.com

Professor orientador: Dr. Ernandes de Queiroz Pereira (UNINASSAU).



## X Colóquio Internacional Paulo Freire

### Opressão e Libertação na Atualidade



reconhecendo também a importância do saber popular e objetivando entender e transformar o seu mundo, a fim de questionar a sua posição na sociedade e construir o seu próprio caminho de acordo com suas necessidades viáveis.

#### **A rua: meio social educativo**

As práticas educativas orientadas pela pedagogia freireana, reconhecem uma dimensão ampla, podendo ser realizados em quaisquer espaços, seja no âmbito escolar ou em outros espaços da sociedade, inclusive na rua. Essa ideia lançada para a prática educativa está voltada para processos libertadores daqueles que se encontram em condições de opressão, invisibilidade e marginalização.

Reconhecer -se oprimido segundo Paulo Freire, é requisito gerador para o processo de libertação, pois, ao reconhecer-se dominado, o oprimido pode buscar alternativas para a sua libertação, levando em consideração também os valores da classe dominante, reproduzidos e disseminados em função de seus próprios interesses. Para Maciel (2006. p, 338):

Sair da condição de oprimido não é simplesmente deslocar-se para a função de opressor, mas propor uma nova relação social em que haja igualdade entre homens e mulheres projetando um bem comum. Partindo dessa premissa, Paulo Freire almeja por uma Pedagogia Libertadora, produtora do diálogo permanente, fruto do processo que é por natureza dialética.

Neste sentido, precisa-se compreender a igualdade como um bem coletivo para se produzir um diálogo libertadora, como instrumento de prática e respeito, na ótica de transformação em um agente de qualidades singulares, potências e capacidades. Jota, Expressa entendimento sobre o assunto em seu depoimento:

A desigualdade social, política. O que a desigualdade social? Uns tem muitos outros não tem nada, então o que acontece é o seguinte: nós temos que nos superar nesse país que é sem fronteiras (como se chama né verdade?), só da oportunidade para quem chega e vence, entendeu bem ? (JOTA)

<sup>1</sup>Graduada em Serviço Social (UNINASSAU). Pós graduanda em Saúde Pública, saúde mental e dependência química.

E-mail: brunacamila12@hotmail.com

Professor orientador: Dr. Ernandes de Queiroz Pereira (UNINASSAU).



## X Colóquio Internacional Paulo Freire

### Opressão e Libertação na Atualidade



No depoimento acima, o olhar crítico e reflexivo revela indícios da educação como instrumento de reconhecimento da condição de opressão. Pois as pessoas em situação de rua encontram-se nos mais violentos e obscuros modos de vida, nos revelando a todo instante a insatisfação e ausência de sensibilidade por parte da sociedade que rejeita e não tem a sensibilidade de reconhecê-los como pessoas que tem sentimentos e vontades. Situação revelada pelo depoimento abaixo durante a pesquisa de campo:

A senhora conversa uma conversa boa demais, eu gostei da sua conversa, se fosse preciso eu conversava o dia todinho. Você tem uma conversa bonita que eu gostei, mas com todo respeito. (EFI)

O depoimento reafirma a carência de atenção, de respeito, reafirma a necessidade que se tem de ser tratado e visto como ser humano. De certo, essa parte da população é vítima de um sistema capitalista massacrante na execução de um novo social, de esfacelamento.

Em especial, chamamos atenção para as condições da população em situação de rua, que continua sendo vítima do discutido do estado e das expressões de preconceito e invisíveis da sociedade, de modo que geralmente, são tratados como vagabundas, drogadas, supérfluas e mal-educadas, que ocupam as ruas apenas como estratégia de sobrevivência, tendo dificuldades em reconhecer-se suas maneiras de viver e contribuir de forma própria que ensina-, aprende ao mesmo tempo. Para Maciel (2006, p. 340.):

O ensinar e o aprender expressa agora valores culturais em uma espécie de tradição inovadora. Esse deslocamento permitia aos educando mais do que a leitura da palavra em si mesma, permitia a leitura do mundo e o reconhecimento de uma cultura própria.

Por esse ângulo, a realidade do sujeito é uma das maneiras que ele pode encontrar para uma construção da participação popular e redirecionamento da vida

<sup>1</sup>Graduada em Serviço Social (UNINASSAU). Pós graduanda em Saúde Pública, saúde mental e dependência química.

E-mail: brunacamila12@hotmail.com

Professor orientador: Dr. Ernandes de Queiroz Pereira (UNINASSAU).



# X Colóquio Internacional Paulo Freire

## Opressão e Libertação na Atualidade



social, se reconhecendo como sujeito cognoscente e apta a se desenvolver por diferentes veredas.

O que vale pensar e colocar em prática são metodologias incentivadoras à participação e empoderamento das pessoas, permeando por caminhos de transformações sociais e orientações por anseios humanos de liberdade, justiça, igualdade e felicidade, realçando melhor um convívio leve e humano.

Um das partes da população em muitos casos vivem no anonimato, pois legalmente não existe, em função de não possuir documentos pessoais, invisíveis por não se enquadrar no modo comum e de costume em geral, enfim pode-se dizer que esse é um processo de autoconhecimento que leva tempo, mas, de uma satisfação grandiosa para os mesmos, sabendo que pode ser um ser social como qualquer .

Observamos a falta e ausência por parte do município para acessos à educação, percebendo também que por esse caminho das práticas educativas seja ela onde for como for, formal ou informal, podem surgir novos talentos e o próprio reconhecimento como seres humanos, tendo possibilidades de ser trabalhado exclusivamente com os próprios desejos.

Decorrendo assim, da má distribuição de renda, falta de investimento na área social e educação, o sistema econômico reforça a propagação de acumulação do capital e da propriedade privada, ocasionando impactos nas mais diferentes formas de vulnerabilidades e exclusão social, aonde essa exclusão vai se fixando aos poucos a essa população em situação de rua.

### **Conclusão**

As reflexões tecidas neste trabalho revelam como o processo de práticas educativas se manifesta de forma gritante, sobretudo, revela uma realidade perversa, onde em diferentes contextos, o sistema vitimiza pessoas que também são vítimas do descuido do poder público. Pessoas que tem sentimentos, famílias e espiritualidade e

<sup>1</sup>Graduada em Serviço Social (UNINASSAU). Pós graduanda em Saúde Pública, saúde mental e dependência química.

E-mail: brunacamila12@hotmail.com

Professor orientador: Dr. Ernandes de Queiroz Pereira (UNINASSAU).



# X Colóquio Internacional Paulo Freire

## Opressão e Libertação na Atualidade



estão ali muitas vezes como uma migração, outras já se acostumaram e não tem perspectiva de mudança, importante conhecer também quem são essas populações, quais os sonhos, quais desejos, e dentro disso saber o que se fazer para melhoria e demanda de urgência.

As expressões de preconceito sinalizadas pela população de rua pesquisa revelam que a pedagogia do silêncio e da opressão construídas historicamente como instrumento de dominação e de silenciamentos ainda é uma constante na atual sociedade

População essa que ainda é o reflexo de uma comunidade que possui origem pelo contexto histórico de desigualdades e exploração no processo de colonização do Brasil.

No entanto a sociedade em geral deve mudar seu olhar diante dessa situação/realidade, e perceber que todos são sujeitos de direitos, são humanos e precisam ser tratados com igualdade, mesmo que a realidade de cada um seja diferente.

Os resultados alcançados com essa análise não se esgotam aqui, mas deixa margens para novas pesquisas, tanto para área de formação como para outras áreas de conhecimentos, tendo em vista a importância e a necessidade de ampliar o debate e apontar novas possibilidades de pesquisas e de possíveis intervenções a partir dos resultados encontrados.

<sup>1</sup>Graduada em Serviço Social (UNINASSAU). Pós graduanda em Saúde Pública, saúde mental e dependência química.

E-mail: [brunacamila12@hotmail.com](mailto:brunacamila12@hotmail.com)

Professor orientador: Dr. Ernandes de Queiroz Pereira (UNINASSAU).





# X Colóquio Internacional Paulo Freire

## Opressão e Libertação na Atualidade



### Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.**

Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação.** 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, Paulo. **O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular.**

In: MACIEL, Karen de Fátima. 1 ed.

<sup>1</sup>Graduada em Serviço Social (UNINASSAU). Pós graduanda em Saúde Pública, saúde mental e dependência química.

E-mail: brunacamila12@hotmail.com

Professor orientador: Dr. Ernandes de Queiroz Pereira (UNINASSAU).

# UMA ANÁLISE DAS POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E VIOLÊNCIA ESCOLAR NA VISÃO DOS PROFESSORES DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE OLINDA

Edivam Jose da Silva<sup>1</sup>  
Fernanda da Costa Guimarães Carvalho<sup>2</sup>

## Resumo

**O presente artigo traz uma análise das possíveis relações entre práticas pedagógicas e violência escolar na visão dos professores do 4º ano do ensino fundamental, de uma escola Municipal de Olinda. O objetivo foi verificar as possíveis relações entre violência escolar e prática pedagógica. Durante a coleta de dados, realizada, constatamos algumas cenas de violentas que nos remeteram a urgência da construção de práticas criativas, democráticas e libertadoras no cotidiano escolar.**

Palavras-Chave: Prática Pedagógicas; práticas libertadoras; Violência.

## Introdução

Este trabalho tem como objetivo geral verificar as possíveis relações entre práticas pedagógicas e violência escolar na visão dos professores do 4º ano do Ensino Fundamental I de uma escola municipal de Olinda. Para tanto buscamos a partir de uma coleta de dados, verificar documentos; observar o cotidiano da sala de aula e realizaremos entrevistas com os professores da Escola Municipal de Olinda com intuito de compreender em suas falas possíveis relações entre as práticas pedagógicas vivenciadas em sala de aula, cotidianamente, com as ações violentas, entre alunos e entre alunos e professores.

O trabalho foi construído a partir da vivência nas disciplinas no Curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Pernambuco: a primeira intitulada Fundamentos da Gestão Educacional e Escolar; e, a segunda, PPP 8 – Pesquisa e Prática Pedagógica VIII – Estágio Supervisionado em Gestão Educacional. Além do contato com bibliografia específica sobre a questão. Destaco que, durante minha formação fui estudante de escola pública, esse fator também foi determinante para a opção pelo sistema público.

---

<sup>1</sup> Concluinte do curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. [edivamjs@gmail.com](mailto:edivamjs@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Metodologia do Ensino do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. [fernandacgcarvalho@gmail.com](mailto:fernandacgcarvalho@gmail.com)



O PNAD que é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, onde as informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação, trabalho e rendimento, e características dos domicílios, e, com periodicidade variável, informações sobre migração, fecundidade, nupcialidade, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios, nos mostra que cerca de 97% das crianças de 7 a 14 anos estão matriculadas no sistema de ensino brasileiro..

Entre as escolas estaduais, 797 possuem Ensino Médio, uma forma de avaliação da rede escolar é o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o Ideb, que considera o fluxo escolar e médio de desempenho dos alunos em avaliações padronizadas. O Ideb de Pernambuco apresenta um crescimento significativo entre os anos de 2005 e 2015, o Ideb do país também subiu, mas num ritmo bem mais lento, passando de 3 para 3,5 no intervalo de dez anos.

Porem a educação é muito além de estatísticas e números, sendo necessário qualificar o sistema educacional de forma a termos alunos com mais pratica da cidadania.

Para Freire (1996, p.13), A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blabláblá e a prática, ativismo. Zabala (2000, p. 14), destaca que: “provavelmente a melhoria de nossa atividade profissional, como todas as demais, passa pela análise do que fazemos, de nossa prática e do contraste com outras práticas”. Desse modo, o intercâmbio de experiências entre os professores nos parece relevante para desencadearmos na escola a prática reflexiva. Tais investidas fortalecem as práticas pedagógicas e certamente aumenta o rendimento, o aprendizado, entre os discentes.

A escola pública brasileira passa pelo o ensino gratuito e pela a universalização desse ensino, que constitui a base da cidadania de crianças e adolescentes pobres deste país. Esses que passam a ser a clientela, da instituição de ensino público, vivem em um contexto social desigual, que na sua maioria sofre nesse contexto de disputa pela sobrevivência no dia-a-dia. Esse contingente de pessoas precisa que a escola exerça a função de ensinar e propor a discursão das regras que organizam o convívio social dos alunos nos espaços escolar, na família, na comunidade, na sociedade.

Com a promulgação da constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional de número 9394/96 e o PNE – Plano Nacional de Educação 2014-2024, a escola pública passa a ter nos seus princípios valores como: ensino obrigatório, gratuito e

democrático, primordiais, para a construção do cidadão brasileiro. Sabemos que tais investidas podem modificar o contexto de fracasso do ensino público no Brasil e particularmente em Pernambuco onde o Ensino Fundamental I, obteve destaque nacional com 4,1 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco (IDEPE 2016).

No Município de Olinda, em Pernambuco, o trabalha na construção no novo Plano Municipal de Educação (PME), O PME abrange 9 áreas de temáticas, passíveis de sugestões. São elas: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior, Educação de Jovens e Adultos, Formação e Valorização dos Profissionais de Educação, Financiamento da Educação, Gestão Democrática, e Inclusão, temos que pensar em ações que possibilitem o diálogo e o trabalho coletivo, reflexivo, no cotidiano de trabalho do professor dentro e fora da sala de aula. Com relação ao rendimento escolar os números são ruins, com quase 15% não tendo aproveitamento, conforme Prefeitura de Olinda de 2017.

Observamos, a esse respeito, o que diz o Mestre pernambucano: “Os caminhos da libertação são os do oprimido que se libera: não é coisa que se resgata, é sujeito que se deve autoconfigurar-se responsabilmente” (Freire, 1967, p. 25). O autor destaca que a educação libertadora é incompatível com uma pedagogia que, de maneira consciente ou mistificada, tem sido prática de dominação.

Reconhece-se no contexto atual a necessidade de compreender o mundo em que vivemos e, considera, de maneira especial, as possibilidades que podem ter os processos educativos de contribuir com o crescimento humano integral. Ou seja, suas possibilidades de contribuir com a construção do diálogo entre culturas (interculturalidade) possibilitando a multiculturalidade, a partir da pluriculturalidade ou diversidade cultural em que nos encontramos.

A educação no nosso entendimento não é simplesmente uma questão de estimular o ensino que tenha objetivos políticos; não é um meio de transmitir ideias tidas como verdadeiras e obsoletas, por “melhores” que elas sejam; não se trata de doar o conhecimento do professor aos não-instruídos ou de informá-los sobre o fato da opressão que sofrem, são na realidade troca de saberes, onde cada lado se posiciona e ambos aprendem, sem imposição de nenhum dos lados, como nos diz sobre ensino e a aprendizagem, Freire (1990, p. 25) destaca:

São dialógicos por natureza, e a ação dialógica depende da percepção de cada um, como cognoscente, atitude essa que o autor chama de conscientização. Essa “consciência crítica” é formada por uma visão de linguagem filosoficamente bem fundada e animada por aquele respeito não-emotivo pelos seres humanos que apenas uma sólida filosofia da mente pode assegurar.

O ato de aprender a ler e a escrever deve começar após uma compreensão muito abrangente de ler a palavra. Até mesmo historicamente os seres humanos mudaram o mundo, depois revelaram o mundo e a seguir, escreveram as palavras, o autor a pouco referido ainda destaca: “os seres humanos não começaram por nomear A! F! N! Começaram por libertar a mão e apossar-se do mundo” (FREIRE, 1990, p. 23). A educação e a linguagem para Freire, também, asseguram o poder da conjuntura: por podermos nomear o mundo e, assim, tê-lo dentro da mente, podermos refletir sobre seu significado e imaginar um mundo mudado. Desse modo, a educação e a linguagem, e a compreensão da diversidade, são o meio para atingir uma consciência crítica, a qual, por sua vez, é o meio de imaginar uma mudança e de fazer opções para realizar transformações.

O citado pesquisador esclarece: “nomear o mundo, transforma a realidade” (p. 23). Nesse sentido, ele nos alerta a propósito dos perigos em tentar inibir tal processo. A escola, a prática pedagógica que ainda orienta - se por diretrizes autoritárias e excludentes erra duplamente: primeiro, porque produz o fracasso entre os alunos e segundo, porque contribui com a evasão escolar.

No contexto atual a educação é chamada a assumir uma função social de produção e democratização do conhecimento, como é visto nas novas demandas sociais, educacionais e políticas. Com o intuito de dar conta dos objetivos propostos e responder a questão norteadora desta pesquisa: se as práticas pedagógicas vivenciadas no cotidiano da sala de aula do 4º ano do ensino fundamental I em uma escola municipal de Olinda podem estar relacionadas as ações indesejadas e a violência, entre alunos e entre alunos e professores no cotidiano da escola, no cotidiano da sala de aula.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa que como nos diz Bogdan e Biklen (1982): “tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento, onde a pesquisa qualitativa supõe contato direto e

prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada”(p.87). Dessa forma, os dados coletados foram predominantemente descritivos, onde os materiais obtidos na pesquisas são ricos em descrições de pessoas, situações e acontecimentos. Sendo a preocupação com o processo muito maior do que com o produto.

Como afirma Moreira (2002,) “em termos genéricos, a pesquisa qualitativa pode ser associada à coleta de textos (falados e escritos) e à observação direta de comportamento” (p.17) . Para o autor, essas informações são expressas oralmente como também na escrita dos envolvidos com o ressalvo de que elas não são expressas apenas em números.

Assim é de suma importância destacar que nossa pesquisa foi realizada em uma Escola Municipal de Olinda do Ensino fundamental I. A escolha pela instituição pode ser explicada pelo fato da referida instituição vivenciar problemas com os alunos, e registrar ocorrências de depredação e violência no seu espaço escolar.

Sendo assim fizemos o primeiro contato na Secretaria de Educação de Olinda e encaminhamos uma solicitação para fazemos o Trabalho de Conclusão de Curso na Escola que indicamos, também já solicitamos os documentos para análise documental (Projeto Político Pedagógico, Regimento Interno e Ata do Conselho Escolar), acesso à escola e as salas de aula e informamos da entrevista com os professores, que foi autorizado.

Nossa primeira proposta metodológica foi uma análise minuciosa dos documentos da escola, seu regimento interno, Ata do Conselho Escolar da Escola, Plano de Ensino e Projeto Político Pedagógico. Em seguida, a partir de observações em sala e no espaço escolar do recreio, analisamos o cotidiano das práticas pedagógicas e por fim, entrevistamos professores.

O Projeto Político Pedagógico da escola, em foco nessa pesquisa, revela que o : “O professor será responsável pela administração dos conflitos existentes no período; O professor não poderá deixar aluno em sala de castigo no recreio; O professor irá conduzir sua turma no momento do início e fim do recreio; Os conflitos não resolvidos deverão ser comunicados à gestão, para “tratar” com os envolvidos, ou seus responsáveis, quando necessário; Os brinquedos, assim como outros materiais utilizados durante o recreio, devem ser devolvidos ao local onde estava e o parque só poderá ser utilizado, pelas crianças da Educação Infantil.

A Escola do Município de Olinda, que está inserida nas comunidades do V-08 e V-09 no Bairro do Varadouro, que são formadas por famílias de baixa renda, sobrevivendo

de trabalhos informais, a maioria de subempregos. É nesse contexto que os alunos vivenciam. Estamos falando sobre a violência inerente a um sistema: não só da violência física direta, mas também das formas mais sutis de coerção que sustentam as relações de dominação e de exploração, incluindo a ameaça de violência.

Como podemos perceber a violência passa no processo de aprendizagem do aluno, vai fazer um reforço na educação que não liberta e não educa, fazendo com que a liberdade de escolha seja já negada onde deveria seguir orientação para construção de educação democrática, pois a ameaça e o falar de forma autoritária provoca uma prisão no aluno, fomos feitos para andamos de forma respeitosa como nos destaca. Saviane (2012, pag. 5) nos ensina:

A Sociedade é concebida essencialmente como harmoniosa tendo a integração de seus membros. A marginalidade é, pois, um fenômeno accidental que afeta individualmente um número maior ou menor de seus membros, o que, no entanto se constitui um desvio, uma distorção que não só pode como deve ser corrigida.

A escola ainda traz, além da dificuldade estrutural fisicamente falando, tem um regimento interno da gestão passada que não é levado a termo a sua prática, pelo fato de ser colocado como desatualizado de anos anteriores e a ata da Eleição e Posse do Conselho Escolar que se deu no dia 22/08/2017 com duração de dois anos (21/08/2019), que também se encontra em atraso nas suas reuniões, logo todo processo de educação e do direito a proteção regimental sendo colocado num segundo plano.

Nossa observação em sala de aula nos mostram como a Professora 1 da manhã, formada em Magistério e Pós Graduada em Literatura Brasileira de 51 anos de idade e 30 anos de sala de aula exercem uma postura de professora tradicional, com aplicação de aula direto no quadro sem atentar para o desenvolvimento crítico dos alunos, com tratamento grosseiro com falas em tom alto e reprimindo as falas e brincadeiras dos alunos. Em determinado momento na sala de aula, o aluno Adriano se levantou da cadeira para ir ao banheiro a professora gritou “menino tá fazendo o que em pé, volte e fique sentado, mania de ir ao banheiro, depois vai, quando voltar o José”, o tom de grito nos chamou a atenção e a educação dessas crianças da sala de aula e da que ficou esperando para ir ao banheiro fazer suas necessidades básica agora comprometidas pelo tempo, levaram isso em suas mentes como forma de tratamentos.

Ainda falando na turma da manhã da Professora 1, no recreio assistido como determina o projeto político pedagógico da escola, duas crianças corriam uma atrás da outra brincando a professora gritou “Vinicius eu já lhe disse que não quero você correndo, você vai ficar aqui parado, estar entendendo Vinicius”, fiquei muito preocupado com essa forma de tratamento, ela justificou dizendo que esses meninos são muito mal educados, não obedecem é preciso ser rigorosa. Ela não consegue entender que esse tratamento que é dispensado aos meninos vai prejudicá-los.

Logo essa liberdade necessária aos alunos, deve ser colocada em pratica, para poder gerar um crescimento dos seus alunos, como bem destaca Freire (2013, p. 111):

É por isto que a verdadeira autoridade não se afirma como tal, na pura transferência, mas na delegação ou na adesão simpática. Se se gera num ato de transferência, ou de imposição “antipática” sobre as maiorias, se degenera em autoritarismo que esmaga as liberdades.

Na Professora 2 da Tarde, formada em Pedagogia e Pós Graduada, de 54 anos de idade e 07 anos de sala de aula, mas já tem uma aposentadoria como professora, porem temos uma educação diferenciada com tratamento dos alunos e professora fazendo um contrato pedagógico, onde as falas e agir na sala são orientados pelo acordo, fazendo inclusive na organização das cadeiras para se sentares em ordem crescente levando em conta a altura de cada aluno, onde pode ser apresentado e foram orientados a atender as minhas demandas com eles.

Em sala, a professora seguiu a aula e quando um aluno ficou conversando com outra aluna na aula, um bate papo, a professora chamou atenção deles “André e Gabriela, estamos em aula e vocês não acompanhar o assunto e temos um acordo certo” essa maneira de lidar com o aluno em sala muda a educação e o nível de aprendizagem por elas. Quando terminou o assunto que era de matemática fez as correções no quadro e sempre perguntando se tinham compreendidos, pois caso precisasse faria novamente.

No intervalo para o recreio assistido as crianças começaram a brincar entre si e duas faziam disputas de luta física, no que a professora chamou os dois e conversou e começou dizendo “Pedro e Tales, vocês não podem brincar assim de luta, pois o espaço não é adequado, podem bater com a cabeça na trave quando um tentar derrubar o outro, entenderam” no que as crianças entenderam e voltaram a brincar, sem criar nenhum transtorno com os alunos e com os que estavam ao seu redor, mostrando a importância do contrato pedagógico com os alunos, como é mostrado a importância desse contrato “Esse

modelo de contrato aproxima-se do contrato *stricto sensu*, pelas condições propiciadas ao aluno para as tomadas de decisões e envolvimento pessoal no seu projeto de aprendizagem” (PINTO, 2003, p. 6).

Também se fez uma análise dos rendimentos das duas Turmas, da Professora 1, turma A e da Professora 2 sendo turma B, conforme podemos ver:

As professoras entrevistadas professora 1 que ensina pela manhã em uma turma de 24 alunos e a professora 2 ensina a tarde com uma turma de 33 alunos, nos questionários da entrevista a professora 1 só respondeu escrevendo no roteiro da entrevista, enquanto que a professora 2 respondeu normal, podendo ser gravado a entrevista, sendo 7 perguntas iguais a cada professora, a seguir: 1 - Observamos durante leitura da PPP da escola, algumas normatizações, prevendo inclusive o recreio assistido, gostaria que você me explicasse o que levou os professores a tal normatização?; 2 - Nos momentos de discórdias entre alunos, quais procedimentos?; 3 - Vocês recebem queixas dos alunos referentes a violência na comunidade ou família?; 4 - Quem resolve os problemas de indisciplina na escola e quais os encarregados mais frequentes?; 5 - Observamos que no PPP existe uma regra que impede de o professor deixar o aluno de castigo em sala todos concordam? Quem não concorda e porquê?; 6 - A gestão se envolve na resolução do problema de disciplina? Como?; 7 - Os brinquedos, assim como outros materiais utilizados durante o recreio, estimulam a violência com os colegas?

As perguntas foram elaboradas com base nas observações e o que dispões no PPP da escola, no que direciona a existência de violência dentro da prática pedagógica na escola, analisando as respostas, enxerga-se um certo contraste entre o que cada uma respondeu e as normas estabelecidas e leis, eis as respostas de maneira simplificadas abaixo entre Professora 1 e Professora 2 respectivamente: 1 - Brigas entre alunos e 20 minutos a menos para sair; 2 - Separar do grupo e orientar e Dialogar sobre o fato; 3 - Não, Eles refletem ela e Não recebe; 4 - Todo corpo docente e Não tem, encaminham a gestão; 5 - Não ocorre castigo e Todos concordam e cumpre as leis; 6 - Sim, quando acionada e Sim, Convocando a família; 7 – Não e Não, são construtivos.

Logo observa-se que cada resposta vem bem ao estilo pessoal, porem traz a luz o fato de existir violências entre os alunos e que os tratamentos dados por elas são diferenciados, justificando de certa maneira o recreio assistido, colocado no PPP, porem esse recreio se não vim acompanhado de educação democrática e inclusiva, como é previsto no regulamento da

escola, não surtirá efeito necessário ao alunos, como nos fala “E a educação, longe de ser um fator de superação da marginalidade, constitui um elemento reforçador dela”. (Saviani, 2012, p. 20).

## **5 Conclusão.**

Concluindo, após verificar o Projeto Político Pedagógico, o Regimento da Escola e da Ata do Conselho Escolar, que a nosso ver a instituição em questão, incentiva práticas pedagógicas democráticas, criativas e integradoras no seu PPP, porém aos demais documentos regimentais não estão sendo dada a prioridade necessária.

Nas observações em sala e no recreio das turmas do 4º ano, do Ensino Fundamental, podemos constatar a grande distância entre a teoria e a prática,.Os conceitos do PPP não se colocam em prática na sua íntegra e a maneira tradicional de ensinar ainda sobreviva na escola, negando a prática democrática descrita nos documentos analisados.

Durante as observações observamos duas professoras. A Professora 1, possui uma prática pedagógica muito tradicional, pouco democrática junto aos alunos. Contudo a Professora 2, se encontra mais próxima do projeto da escola de toda legislação da educação brasileira e das práticas pedagógicas democráticas.

Nas entrevistas com os professores da Escola Municipal de Olinda as respostas foram bem distintas, mostrando o contraste das práticas pedagógicas desenvolvidas por cada uma na escola.

Por fim entendo que as possíveis relações entre práticas pedagógicas e violência escolar na visão dos professores do 4º ano do Ensino Fundamental I de uma escola municipal de Olinda, existam ainda, porém não na sua totalidade, pois existem professores aplicando as formas de educação como práticas de liberdade.

## **Referências**

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas**. In: Investigação qualitativa em educação. Portugal: Porto Editora, 1994.

FREIRE, Paulo R. Neves. **Educação Como Prática de Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.



\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <[https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=40](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40)> Acesso em: 03 julho de 2018.

LÜDKE, Menga Marli E.D.A. André. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas I**. São Paulo: EPU, 1986.

MILHOMES, Ione de Castro. **Recreio Dirigido: Diversão e Aprendizado para Crianças dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. coordenação escolares-tutores.mec.gov.br/uft/file.../TCC\_VERSÃO\_AUTORIZADO.PDF - acessado em 03/06/2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/ideb>> Acesso em: 03 julho de 2018.

MOREIRA, M.A. **Pesquisa em Educação em Ciências: Métodos Qualitativos** Programa Internacional de Doctorado en Enseñanza de las Ciencias. Universidad de Burgos, Espanha; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Texto de Apoio n° 14. Publicado em *Actas del PIDEC*, 2002.

PATTO, Maria Helena Souza. **A Produção do Fracasso Escolar: Historias de Submissão e Rebelia**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1996.

PANORAMA DOS TERRITÓRIOS. <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/10/governo-de-pernambuco-apresenta-orcamento-31-menor-para-2016.html>>. Acesso em: 03 julho de 2018.

PREFEITURA DE OLINDA (Secretaria de Educação, Esporte e Juventude de Olinda) - ROTARY, Escola, Projeto Político Pedagógico, 2018

RODRIGUES, C.G. et al. **Diferenças intertemporais na média e distribuição do desempenho escolar no Brasil: o papel do nível socioeconômico**, Rio de Janeiro, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia** Autores Associados, Campinas – 2012.

ZIZEK, Slavoj. **Violência [recurso eletrônico]: seis reflexões laterais** / Slavoj Žižek; tradução Miguel Serras Pereira. São Paulo : Boitempo, 2014.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na  
Atualidade



## **VIOLÊNCIAS NA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA: REFLEXÕES A PARTIR DA PEDAGOGIA DO OPRIMIDO E DOS DIREITOS HUMANOS**

Marcilane da Silva Santos<sup>1</sup>

Pedro José Santos Carneiro Cruz<sup>2</sup>

### **Resumo**

As violências foram caracterizadas, historicamente, nas relações intersubjetivas e sociais como processos marcados pela opressão, violação de direitos humanos, medo e terror. No campo da educação ela acontece em todos os níveis, incluindo a universidade, gerando inquietações para estudantes e docentes. A violência é compreendida como qualquer tipo de agressão ou abuso que gere dano físico ou psicológico em suas vítimas. Nesse sentido, a educação libertadora tem um papel importante para a mudança do quadro de violência nas universidades públicas brasileiras.

**Palavras-chave:** Violências na formação; Direitos Humanos; Pedagogia do Oprimido.

### **Introdução**

As violências foram caracterizadas, historicamente, nas relações intersubjetivas e sociais como processos marcados pela opressão, violação de direitos humanos, dominação, intimidação, medo, anomia e terror. A violência trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade como coisas, como objetos que perderam a habilidade para pensar, sentir, refletir e reagir na transformação do status *quo* do *continuum* da violência (MOURA; LIMA, 2013).

Provavelmente, ela sempre tenha feito parte da experiência humana e seu impacto pode ser verificado mundialmente. Sabe-se que a cada ano mais de um milhão de pessoas perdem a vida, ou sofrem ferimentos não letais resultantes de auto-agressões, de violência coletiva ou de agressões interpessoais (DAHLBERG; KRUG, 2007). A violência tem sido

---

<sup>1</sup> Universidade Federal da Paraíba, Fisioterapeuta, Mestranda em Educação, marcilane.santos@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal da Paraíba, Doutor em Educação, Orientador, pedrojosecruzpb@yahoo.com.br



# X Colóquio Internacional Paulo Freire

## Opressão e Libertação na Atualidade



tema de estudos permanentes e pesquisas científicas nas últimas décadas em torno da sociedade. Contudo, tem sido banalizada em função de sua imprecisão e generalização conceitual. No campo da educação ela acontece em todos os níveis, incluindo a universidade, o que gera grandes inquietações para estudantes e docentes (NASCIMENTO, 2014).

Apesar de banalizada, e muitas vezes naturalizada, a violência desencadeia sérios danos psicológicos, físicos e morais às vítimas. Alguns pesquisadores (NUNES; TOLFO, 2015) apontam que as vítimas de violência no ambiente universitário, geralmente não realizam denúncias, pois já imaginam que não haverá resolubilidade para o problema, e, além disso, demonstram medo de represálias por parte dos perpetradores, sejam eles docentes ou estudantes.

Neste sentido, o presente artigo objetiva classificar as diversas formas de violência que têm acontecido no ambiente universitário na atualidade e refletir sobre os impactos dessas violências para a vida pessoal e profissional das vítimas. Para tal, serão utilizadas referências que suscitem reflexões sobre condutas, experiências e práticas que têm perpetrado a violência, a opressão e a violação dos direitos humanos no ensino superior, e aquelas que, por outro lado, têm contribuído para a cultura de paz e a libertação dos sujeitos.

### Referencial Teórico

A violência pode ter suas raízes nas relações familiares, mas também no âmbito educacional, estando presente nas normas institucionais, nas relações interpessoais (professores - estudantes e entre estudantes) e nos métodos pedagógicos (NASCIMENTO, 2014). A violência é compreendida como qualquer tipo de conduta agressiva ou abusiva que possa causar desconforto, dano físico ou psicológico em suas vítimas, quer sejam alvos intencionais ou de forma impessoal ou incidental (NUNES; TOLFO, 2015).

Dentro das categorias de violências perpetradas no ambiente universitário, alguns estudos enfatizam a violência sexual (NUNES; TOLFO, 2015), a violência de gênero (contra a mulher e contra homossexuais) (PÉREZ; FIOL; GUZMÁN, 2011; SALA; VALERO, 2014; GUERRERO; RODRÍGUEZ; ARIAS, 2016), o assédio moral (NUNES; TOLFO, 2015), a violência física, a violência psicológica, e a negligência auto-infligida (SCHERER, et al. 2015).



# X Colóquio Internacional Paulo Freire

## Opressão e Libertação na Atualidade



Nesse sentido há várias tipologias utilizadas para caracterizar os diversos tipos de violência. As pesquisadoras Dahlberg e Krug (2007) definem três categorias para a violência: 1- Violência auto-infligida, que divide-se em comportamento suicida (tentativa de suicídio), e a agressão auto-infligida, que inclui atos como automutilação; 2- Violência interpessoal, que divide-se em violência de família e de parceiros íntimos (abuso infantil, violência entre parceiros íntimos e maus-tratos de idosos), e violência na comunidade (violência da juventude, atos variados de violência, estupro ou ataque sexual por desconhecidos e violência em instituições como escolas, locais de trabalho, prisões e asilos); 3- Violência coletiva, subdividida em violência social, política e econômica – crimes carregados de ódio, praticados por grupos organizados, atos terroristas; guerras e conflitos violentos a ela relacionados; ataques de grandes grupos motivados pelo lucro econômico (DAHLBERG; KRUG, 2007).

Quanto à natureza dos atos violentos, esta é classificada em agressões físicas, violências sexuais, violências psicológicas e violências relacionadas à privação ou ao abandono (DAHLBERG; KRUG, 2007).

Por se situarem num sistema de educação atrelado à valorização da auto-afirmação manifestada nas relações de poder, controle e dominação, com base no comportamento competitivo e coercivo em detrimento da cooperação, as instituições de ensino podem reproduzir desigualdades sociais no espaço universitário entre estudantes, docentes e demais profissionais. Assim, a ocorrência da violência pode ser facilitada, o que muitas vezes é visto como comportamento natural e frequentemente desvalorizado ou ignorado (SCHERER, et al. 2015).

Nunes e Tolfo (2015) apontam que as universidades são incubadoras de enfermidades relacionadas ao trabalho, entre elas o assédio moral. A estrutura organizacional das universidades favorece a ocorrência do assédio, tendo em vista que ela é obsoleta, extremamente burocratizada e rígida, com vários espaços de poder e poucas pessoas que detêm importantes cargos e assim, se utilizam deles para sobressaírem-se aos demais. Acrescenta-se ainda que a universidade admita espaços para a impunidade, convertendo a submissão em uma condição necessária para adaptação (NUNES; TOLFO, 2015).

Quando se realiza a indagação sobre quais seriam as razões para as situações de violência na formação universitária, o estudo de Scherer et al. (2015) aponta o estresse e o cansaço físico, como fatores comuns a docentes, profissionais e estudantes que podem



# X Colóquio Internacional Paulo Freire

## Opressão e Libertação na Atualidade



desencadear violências. Características próprias como insatisfação pessoal e profissional, traços da personalidade, aliados à competição acadêmica, também foram apontados como fatos que podem levar a atos agressivos e humilhações.

Um estudo realizado por Nunes e Tolfo (2015) com 4865 servidores de uma Universidade brasileira apontou que 47,7% dos pesquisados identificaram que a prática de assédio é comum no ambiente universitário. Sendo identificados efeitos psicológicos expressivos tais como estresse, desânimo, desmotivação, isolamento, depressão, tristeza, distúrbios de sono, baixa auto-estima, irritação, raiva, nervosismo e frustração. No âmbito físico, foi possível constatar problemas como dores de cabeça, adoecimento, dores musculares, aumento de peso e dores no peito (NUNES; TOLFO, 2015).

A literatura demonstra que desde o início da graduação, estudantes universitários são vítimas de diferentes atos de agressão, abuso verbal e de atitudes coercitivas. Tais situações são consideradas como abusos de poder, de degradação, possuem caráter de humilhação. O que pode causar prejuízos na aprendizagem, manifestados em desinteresses, redução da disposição para aprender e executar tarefas, absenteísmos, atrasos, desistências e produção de sintomas de ansiedade e depressão (SCHERER, et al. 2015).

No que diz respeito à violência de gênero contra a mulher, entre as manifestações que podem afetar sua saúde mental, incluem-se as desordens de estresse pós-traumático, distúrbios alimentares, múltiplas personalidades, bem como medo, fadiga, depressão, ansiedade, disfunção sexual e distúrbios do sono (SILVA et al., 2016). Colina (2016) aborda também a violência de gênero contra homossexuais, destacando que a maioria das vítimas de violência psicológica no espaço universitário são aquelas que possuem corpos que se “desacoplam” do modelo de gênero binário, com base em aspectos relativos ao sexo biológico, à identidade de gênero, às práticas sexuais, de acordo com uma identidade masculina e uma feminina.

Nesse sentido, cabe refletir sobre o papel da educação para o enfrentamento das violências. Segundo Freire (2011), a educação não é um processo neutro. Ela pode tanto formar sujeitos subalternos quanto sujeitos livres, pode servir para a dominação ou para a libertação. No livro *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire desenvolve o conceito de “educação bancária”, rígida, autoritária e antidialógica onde o docente tem o papel de transferir conhecimento para alunos passivos como se eles fossem destituídos de saberes prévios (GADOTTI, 2011). Deste modo, quando se negligencia o estudante, quando a abordagem do





# X Colóquio Internacional Paulo Freire

## Opressão e Libertação na Atualidade



professor para com o estudante se dá de forma rude, autoritária, menosprezando-o e humilhando-o, está sendo gerada uma relação conflituosa, a violência interpessoal professor-aluno começa neste ponto. De modo antagônico aos interesses opressores, a educação problematizadora e a educação popular se caracterizam como dialógicas, questionadoras, libertadoras e, conseqüentemente, revolucionárias. Estão assim, fundamentadas no diálogo como forma de comunicação (PITANO, 2017).

Embora o direito à educação seja garantido por lei, é nítido que enfrentam-se inúmeras dificuldades em exercitá-lo. No espaço educacional, somam-se inúmeras desigualdades, preconceitos e discriminações étnico/raciais, de gênero e sexualidade (VASCONCELOS; FÉLIX, 2016) e inclui-se aqui, a violência. Pois, como se pode afirmar que todas as pessoas têm o direito à educação, se mais uma vez, os grupos populacionais mais vulneráveis e discriminados são as maiores vítimas da violência no ambiente universitário? Será que tem havido de fato a garantia deste direito?

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (de 1948) reconhece a educação pública e de qualidade como um direito. No Brasil, esse direito de cidadania está inscrito na Constituição Federal de 1988, artigo 205: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, [...], visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Assim, deve ser garantida de forma equânime, igualitária e justa (VASCONCELOS; FÉLIX, 2016).

Nesse sentido, Paulo Freire contribuiu com a luta pelo direito à educação (uma educação emancipadora) e sua pedagogia destacou a necessidade da teorização da prática e do reconhecimento do saber popular (GADOTTI, 2011).

Assim, a introdução de temáticas que tragam à tona aspectos crítico-reflexivos sobre direitos humanos no ambiente acadêmico torna-se necessária. O Estado deve promover o ensino dos direitos humanos, das liberdades essenciais em todos os níveis da educação (CESCON; STECANELA, 2015). Porém, a incorporação dos direitos humanos à organização curricular da Educação Básica ao Ensino Superior no Brasil ainda é recente (em 2003, pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos), e ocorre transversalmente, onde a responsabilidade é dos professores; contudo, acaba sendo esquecida ou naturalizada na organização curricular das instituições educativas (CESCON; STECANELA, 2015).



# X Colóquio Internacional Paulo Freire

## Opressão e Libertação na Atualidade



Atualmente, a Educação em Direitos Humanos se situa como direito econômico, cultural e social (ZENAIDE, 2013) e pode contribuir para a conscientização da vítima, sobre o fato de que ela tem o direito de ser acolhida, e que não deve sofrer violências na universidade ou qualquer outro lugar.

### **Desenvolvimento:**

A violência no ambiente universitário tem sido cada vez mais frequente, e ocorre de diversas formas, conforme já mencionado. Mas as vítimas de violências na formação universitária, geralmente, não têm a quem recorrer ou não sabem como fazê-lo. Há ainda os casos em que ocorre o medo de perseguições no futuro principalmente quando se trata de uma violência perpetrada na relação docente-estudante. Se formos analisar fatos do cotidiano universitário, com certeza iremos identificar situações que são caracterizadas como violências. Alguns estudos no Brasil e na América Latina sobre a violência na formação superior revelam que são características de violências as situações de injúria e difamação, até a violência física e sexual, por exemplo; e que continuam sendo banalizadas e subnotificadas.

O estudo de Scherer, et al. (2015) com 13 estudantes do sexo feminino, com faixa etária entre 20 e 31 anos, que cursavam o terceiro ano do curso de enfermagem em uma instituição de ensino superior pública do interior do estado de São Paulo, revelou que todas as entrevistadas sofreram violência durante a graduação por parte de docentes e colegas, identificando a ocorrência de violência psicológica interpessoal. Destas, quatro mencionaram episódios de violência física e uma de negligência auto-infligida (SCHERER, et al., 2015).

Em 2015 estudantes da Universidade Estadual Paulista (Unesp) campus Bauru escreveram uma carta aberta intitulada “Universidade, violências e direitos humanos”, durante o VIII Encontro de Direitos Humanos da Unesp, denunciando casos de comportamentos antiéticos nas relações interpessoais, o que causou sofrimento físico, psíquico e moral a diversos indivíduos e grupos da universidade, em espaços de convivência e em lugares em que se podia garantir a impunidade pelo anonimato. Afirmaram ainda que “a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo chegou a abrir investigação sobre casos de violência nas universidades públicas do estado” (OEDH, 2015, p. 1).



# X Colóquio Internacional Paulo Freire

## Opressão e Libertação na Atualidade



Na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - campus I, têm sido frequentes os casos de violência física, psicológica e material, além da sensação constante de insegurança. Podendo citar os casos de assaltos a estudantes individualmente ou coletivamente (em salas de aula)<sup>3</sup>, além de violação a outros setores da universidade, como a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI)<sup>4</sup> (ocorridos no ano de 2018); casos em que mulheres foram assediadas sexualmente em festas que aconteceram dentro dos portões da universidade, e que, além dessas agressões, também há relatos de assédio moral a servidoras da própria instituição por parte de seus chefes (em 2018)<sup>5</sup>. Ainda em 2018 foram registrados também três casos de abusos sexuais a mulheres em banheiros da universidade<sup>6</sup>, no período inferior a uma semana entre cada caso.

Em 2016 houve casos de apologia ao estupro na mesma instituição, um deles por parte de estudantes do curso de medicina que deram à turma o título de “DOPASMINA<sup>7</sup>”, e outro, no trote de recepção dos calouros do Centro de Tecnologia, onde as meninas teriam sido obrigadas a usarem uma placa com os dizeres “MissEstupra<sup>8</sup>”. Para o último caso, a Comissão de Direitos Humanos da instituição determinou que os alunos deveriam assistir a uma palestra educativa sobre o assunto. Destaca-se ainda na UFPB, o caso de uma estudante do curso de Relações Públicas que foi vítima de estupro<sup>9</sup> dentro do campus universitário também em 2016.

---

<sup>3</sup>Homem armado faz arrastão em sala de aula da UFPB, em João Pessoa. 2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2018/07/19/homem-armado-faz-arrastao-em-sala-de-aula-da-ufpb-em-joao-pessoa.ghtml>>. Acesso em 10 de ago de 2018.

<sup>4</sup>Prédio da Superintendência de Tecnologia da Informação da UFPB é violado. 2018. Disponível em <<https://www.portalt5.com.br/noticias/policia/2018/8/122376-predio-da-superintendencia-de-tecnologia-da-informacao-da-ufpb-e-violado>>. Acesso em 10 de ago de 2018.

<sup>5</sup> Mulheres são vítimas de violência e abusos sexuais dentro da UFPB. 2018. Disponível em <[http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida\\_urbana/mulheres-sao-vitimas-de-violencia-e-abusos-sexuais-dentro-da-ufpb.html](http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/mulheres-sao-vitimas-de-violencia-e-abusos-sexuais-dentro-da-ufpb.html)>. Acesso em 26 de jul de 2018.

<sup>6</sup> Professoras e alunas denunciam abusos sexuais na UFPB. 2018. Disponível em <<https://portalcorreio.com.br/professoras-e-alunas-denunciam-abusos-sexuais-na-ufpb/>>. Acesso em 26 de jul de 2018.

<sup>7</sup> Nome usado por turma da UFPB causa polêmica entre estudantes. 2016. Disponível em <[http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida\\_urbana/nome-usado-por-turma-da-ufpb-causa-polemica-entre-estudantes.html](http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/nome-usado-por-turma-da-ufpb-causa-polemica-entre-estudantes.html)>. Acesso em 26 de jul de 2018.

<sup>8</sup> Miss Estupra. Apologia ao estupro no trote da UFPB será investigado. 2016. <<https://www.revistaforum.com.br/miss-estupra-apologia-ao-estupro-no-trote-da-ufpb-sera-investigado/>>. Acesso em 26 de jul de 2018.

<sup>9</sup>Estudante é estuprada na UFPB e uma sindicância foi instaurada para apurar o caso. 2016. Disponível em <<https://paraibaonline.com.br/2016/07/estudante-e-estuprada-na-ufpb-e-uma-sindicancia-foi-instaurada-para-apurar-o-caso/>>. Acesso em 26 de jul de 2018.





# X Colóquio Internacional Paulo Freire

## Opressão e Libertação na Atualidade



Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em 2018, o caso de uma estudante que foi proibida de assistir aula acompanhada por sua filha de cinco anos<sup>10</sup> e que apresentou bastante repercussão, demonstra que infelizmente, as universidades públicas brasileiras não têm conseguido prestar o apoio necessário às mulheres estudantes que também são mães. Na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), houve também um caso de estupro a uma estudante de biomedicina<sup>11</sup>, em 2015.

Deste modo, quando se analisa criticamente as diversas formas de violência que têm ocorrido frequentemente nas universidades públicas brasileiras, cujas vítimas são principalmente mulheres, faz-se necessário refletir acerca do real cumprimento do direito à educação por parte dos poderes públicos. Como frequentar uma universidade na qual não há segurança, onde se sofre frequentes abusos de poder, assédio sexual, violência interpessoal, violência sexual, onde estudantes fazem apologia ao estupro e assaltantes entram e saem livremente levando os pertences de estudantes e professores? Como aprender em um ambiente opressor e inseguro? A quem recorrer quando se sofre violência e o que ocorre com os perpetradores?

Quando se fala em denúncias sobre qualquer tipo de violência sofrida no ambiente universitário, poucas vítimas realizam a denúncia, haja vista que geralmente nada é feito pelas instituições no sentido da resolubilidade dos casos (NUNES; TOLFO, 2015).

Na UFPB, além da Ouvidoria<sup>12</sup>, que recebe casos de denúncias e reclamações de diversos tipos e setores da Universidade, foi criada, em 2016, uma plataforma online intitulada “Um Grito por Elas: Mulheres da UFPB contra a violência” para denúncias de violências contra a mulher<sup>13</sup>. O Fórum de Mulheres da UFPB<sup>14</sup>, foi criado também no intuito de combater assédio e violência de gênero dentro da universidade.

---

<sup>10</sup>Professor proíbe aluna de levar criança à sala de aula. 2018. Disponível em <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/professor-proa-be-aluna-de-levar-criana-a-a-sala-de-aula/406958>>. Acesso em 26 de jul de 2018.

<sup>11</sup>Vítima de estupro na UFPE pede medidas de segurança. 2015. Disponível em <[http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2015/09/24/interna\\_vidaurbana,599727/vitima-de-estupro-na-ufpe-pede-medidas-de-seguranca](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2015/09/24/interna_vidaurbana,599727/vitima-de-estupro-na-ufpe-pede-medidas-de-seguranca)>. Acesso em 26 de jul de 2018.

<sup>12</sup> Ouvidoria Geral da UFPB. 2018. Disponível em <<http://www.ufpb.br/ouvidoria/contact-info>>. Acesso em 26 de jul de 2018.

<sup>13</sup> GEM lança plataforma de denúncias de assédios para mulheres. 2018. Disponível em <<http://www.ufpb.br/content/gem-lan%C3%A7a-plataforma-de-den%C3%Aancia-de-ass%C3%A9dio-para-mulheres-da-ufpb>>. Acesso em 26 de jul de 2018.



# X Colóquio Internacional Paulo Freire

## Opressão e Libertação na Atualidade



Entretanto, ainda há dificuldades no encaminhamento das denúncias para os órgãos competentes ou as denúncias passam por longos processos burocráticos que geralmente não se resolvem. Embora a percepção das vítimas em relação às ações das universidades seja negativa, há setores (e universidades) que abordam o tema da violência em palestras e em sites oficiais, promovem seminários de prevenção ao assédio moral, construções de folders informativos, ou realizam atendimento psicológico às vítimas de violência (NUNES; TOLFO, 2015).

Nesse sentido as instituições de ensino têm importante papel na sociedade ao constituírem um espaço de educação, socialização e formação profissional dos indivíduos (SCHERER, et al 2015). E cabe a elas promoverem espaços de enfrentamento à violência no ambiente universitário, criarem ferramentas institucionais para acolhimento de vítimas, notificações de violências e encaminhamentos de processos para os órgãos competentes.

Conforme apontado pelos estudantes da Unesp, em sua carta aberta, há a necessidade de inserir temáticas sobre a qualidade social da educação universitária e a dimensão pedagógica do professor universitário em encontros; bem como criação de núcleos ou comissões de direitos humanos; promover o envolvimento de instâncias institucionais da universidade (Conselho Universitário, pró-reitorias, diretorias e vice-diretorias de unidades, departamentos, centros acadêmicos etc.) no apoio e participar efetivamente para que as propostas sejam concretizadas no sentido de estimular relações mais humanizadas e solidárias em sua comunidade acadêmica (OEDH, 2015, p. 1).

Nesse enfoque, outros pontos igualmente importantes para o enfrentamento das violências na formação universitária, foram apontados durante a realização do Seminário Nacional da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) que aconteceu no Espaço Cultural José Lins do Rego, João Pessoa-PB, em março de 2018, cujo objetivo era o de discutir sobre as violências no âmbito do Sistema Único de Saúde. Dentre as discussões nas rodas de conversa, no que tange estratégias para o enfrentamento das violências na formação acadêmica, foram destacados os seguintes pontos na Carta Aberta escrita durante o evento e endereçada à população brasileira: A criação de instrumentos de notificação da violência sofrida na formação profissional, no sentido de resgatar, fortalecer e legitimar as Ouvidorias e

---

<sup>14</sup> Fórum de mulheres da UFPB. 2017. Disponível em <<http://www.ufpb.br/content/f%C3%B3rum-de-mulheres-da-ufpb-debate-ass%C3%A9dio-sexual-nesta-ter%C3%A7a-17>>. Acesso em 26 de jul de 2018.



# X Colóquio Internacional Paulo Freire

## Opressão e Libertação na Atualidade



a Comissão Própria de Avaliação das Universidades Públicas; a criação de núcleos de apoio psicossocial dentro das universidades para estudantes vítimas de violências; a promoção e a garantia da formação acadêmica e profissional ancorada na Educação Popular (CARTA DE JOÃO PESSOA À POPULAÇÃO BRASILEIRA, 2018)

A educação é um caminho possível para a mudança dessa realidade de violência que permeia o ambiente acadêmico no Brasil. A educação tem, nela mesma, poderosas ferramentas para atingir este objetivo. Não se trata aqui de afirmar que educação tem o dever de mudar os rumos da história, mas de reconhecer que uma educação transformadora pode contribuir sim para a mudança daquilo que não queremos (GADOTTI, 2011).

Faz-se necessário, com a educação, trazer à tona questões concretas do cotidiano das pessoas, que as fazem sentirem-se oprimidas; contribuir, nesse sentido, para o processo de conscientização da vítima de violência, para que ela possa usufruir dos seus direitos e cobrar das autoridades competentes, medidas necessárias para este enfrentamento. Além disso, é necessário criar espaços institucionais para acolhimento das vítimas de violência no ambiente universitário, além de aperfeiçoar os sistemas de notificação e denúncias de violências para que os perpetradores não fiquem impunes.

### **Conclusão:**

A educação tem um importante papel para a mudança do quadro de violência nas universidades públicas brasileiras. Um dos primeiros passos é justamente reconhecer isto, e em seguida, realizar ações que possam combater e enfrentar tais situações. Estudantes, professores e servidores são os elementos humanos estruturantes do ambiente universitário, são, pois, interdependentes. E como tal, precisam dialogar entre si.

É inadmissível que em um ambiente que se propõe a formar profissionais, ocorra tantos tipos de violências, a maioria ainda velada, naturalizada e banalizada. É necessário desmistificá-las, falar sobre elas, pesquisá-las e criar ferramentas eficazes para sua redução gradativa. Formações para docentes e estudantes com temáticas sobre violências, cultura de paz, direitos humanos e opressão no ambiente universitário são extremamente ricas e importantes para trazer à reflexão e conscientização de que mudanças se fazem necessárias.

As pessoas precisam encontrar a si próprias neste ambiente; encontrarem-se com e nas outras. Precisam reconhecer-se enquanto sujeitos de mudança. A universidade não pode



# X Colóquio Internacional Paulo Freire

## Opressão e Libertação na Atualidade



continuar sendo perpetradora do adoecimento físico, emocional e/ou psicológico das pessoas que fazem parte dela. É preciso educar de forma dialógica e libertadora, como dizia Freire. Educar significa libertar.

### Referências:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em: 23 de jul. 2018.

CARTA DE JOÃO PESSOA À POPULAÇÃO BRASILEIRA. “**Seminário Nacional: O SUS diante das violências: vivências, resistências, propostas**”. Campus I UFPB, João Pessoa-PB, 17 de abril de 2018. Disponível em <<https://www.abrasco.org.br/site/eventos/congresso-brasileiro-de-saude-coletiva/carta-de-joao-pessoa-populacao-brasileira/33868/>>. Acesso em 15 de julho de 2018.

CAVALCANTE, C. V. Direitos Humanos, Educação Superior e Políticas de Ações Afirmativas. **Educativa**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 927-942, set./dez. 2016.

CESCON, E; STECANELA, N. Educação à paz e em direitos humanos. **Conjectura: Filos. Educ.**, Caxias do Sul, v. 20, n. especial, p. 85-100, 2015.

COLINA, M. A. C. ¿Qué pasa con la especie humana? Miradas críticas a la complejidad de la violencia universitária. **Revista de Paz y Conflictos**. Vol. 9. Nº 1 pp. 313-320, 2016.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, 11(Sup): 1163-1178, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, M. **Por que continuar lendo Pedagogia do Oprimido**: In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GUERRERO, C. A. Z.; RODRÍGUEZ, A. P. P.; ARIAS, J. J. F. Manifestaciones de la violencia basada en género en docentes universitarios. **Psicogente**, 20 (37): pp. 146-159. Enero-Junio. Universidad Simón Bolívar. Barranquilla, 2017.

MONTEIRO, Caco. Carta aberta à comunidade do audiovisual baiano. ABCV. Disponível em: . Acesso em 25/10/09.

MOURA, L. B. A.; LIMA, P. V. S. F. A Inserção da Temática das Violências na Formação Acadêmica: Um Relato de Experiência. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**. Vol. 04, Nº. 03, p.1021-29, 2013.



# X Colóquio Internacional Paulo Freire

## Opressão e Libertação na Atualidade



NASCIMENTO, M. R. P. Violência na Universidade: Uma Análise Reflexiva nas Perspectivas Teórica e Prático-Pedagógica no Contexto da UESPI em Parnaíba-PI. Doutor(a) em Teologia Faculdades EST Programa de Pós-Graduação. Área de Concentração: Educação. 2014.

NUNES, T. S.; TOLFO, S. R. O assédio moral no contexto universitário: uma discussão necessária. **Revista Ciências da Administração**. V. 17, n. 41, p. 21-36, BR. 2015.

OEDH - Observatório de Educação em Direitos Humanos. **Carta aberta do VIII Encontro de Direitos Humanos da UNESP**. “Universidade, violências e direitos humanos”. Campus da Unesp, Bauru-SP, 12 de julho de 2015. Disponível em <<http://www.ia.unesp.br/Home/direitoshumanos/carta-do-viii-encontro-de-dh-da-unesp.pdf>>. Acesso em 05 de agosto de 2018.

PÉREZ, V. A. F.; FIOL, E. B.; GUZMÁN, C. N. La violencia de género en la formación universitaria: análisis de factores predictores. **Anales de psicología**, vol. 27, nº 2 (mayo), 435-446, 2011.

PITANO, S. C. A EDUCAÇÃO PROBLEMATIZADORA DE PAULO FREIRE, UMA PEDAGOGIA DO SUJEITO SOCIAL. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 42, n. 1, p. 87-104, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5216/ia.v42i1.43774>>. 2017. Acesso em 05 de agosto de 2018.

SALA, F. G.; VALERO, B. M. Características de la violencia de género en la Universidad de Valencia. **Escritos de Psicología**, Vol. 7, nº 2, pp. 36-43, 2014.

SCHERER, Z. A. P. et al., 2015. Manifestação de violência no ambiente universitário: o olhar de acadêmicos de enfermagem. **Rev. Eletr. Enf.** [Internet]. 2015 jan./mar.;17(1):69-77. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ree.v17i1.22983>.

SILVA, P. L. N. et al. Práticas educativas sobre violência contra a mulher na formação de universitários. **Rev. bioét.** (Impr.); 24 (2): 276-85, 2016.

VAIDERGORN, J. Cidadania e Direitos Humanos na Formação Universitária. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 30, n. 81, p. 253-256, mai.-ago, 2010.

VASCONCELOS, M. F. F.; FÉLIX, J. Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos na Educação Escolar: Entre igualdades e diversidades, a diferença. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 255-272, Jan./Abr, 2016.

ZANATTA, E. A. et al. **Manifestações da Violência no decorrer da formação profissional em Saúde**. 25º Seminário de Iniciação Científica. Universidade do Estado de Santa Catarina.

ZENAIDE, M. N. T. Educação em Direitos Humanos no Brasil. **Salto para o Futuro**. Ano XXIII - Boletim 24 – NOVEMBRO, 2013.